



OBJECTIVIDADE JORNALÍSTICA: REALIDADE OU UTOPIA

Estudo de caso: análise das notícias do jornal da Noite da TCV

Dulceneia Costa de Pina

Para obtenção da licenciatura em Ciências da Comunicação, vertente Jornalismo

Praia, Julho de 2007

OBJECTIVIDADE JORNALÍSTICA: REALIDADE OU UTOPIA

Estudo de caso: análise das notícias do jornal da Noite da TCV

Memória apresentada por: Dulceneia Costa de Pina

Orientador: Włodzimierz Józef Szymaniak

Praia, Julho de 2007

Dulceneia Costa de Pina

OBJECTIVIDADE JORNALÍSTICA: REALIDADE OU UTOPIA

Estudo de caso: análise das notícias do jornal da Noite da TCV

Autora: -----

**Memória monográfica apresentada à Universidade Jean Piaget de Cabo Verde como
parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Ciências da
Comunicação, vertente Jornalismo.**

SUMÁRIO

A partir do estudo das notícias do Jornal da Noite da Televisão de Cabo Verde, de 1 a 11 de Junho de 2007, tendo a análise do conteúdo como método, este trabalho pretende mostrar se existe a objectividade jornalística nas notícias, ou se é só uma utopia o alcance da objectividade por parte dos jornalistas nos trabalhos que elaboram.

Para realizar e alcançar os objectivos propostos inicialmente, o trabalho foi dividido em quatro capítulos, sendo três teóricos e um sobre o estudo de caso.

Assim, iremos apresentar um pouco o histórico da objectividade, as regras que os jornalistas seguem para alcançar a objectividade, as dificuldades que encontram e a análise das notícias do Jornal da Noite da TCV, como forma de responder aos objectivos propostos.

DEDICATÓRIA

À minha mãe, meus irmãos e familiares, aos meus amigos e colegas, principalmente ao meu noivo, que têm sido a grande razão e incentivo para o meu desenvolvimento pessoal e profissional e, por fim não esqueço de agradecer à Deus que é de quem recebo a força para tudo.

AGRADECIMENTOS

*Ao Professor Doutor Włodzimierz Józef Szymaniak pelas suas .hábil orientações e pelo seu permanente incentivo.
A todos os que directa e indirectamente colaboraram na execução deste trabalho.*

ÍNDICE

Sumário	4
Dedicatória	5
Agradecimentos	6
0. Introdução	10
0.1. Objectivos	11
0.2. Metodologia	13
Capítulo I: Normas e Critérios da objectividade jornalística	14
1.0. Considerações prévias	14
1.1. A problemática da objectividade	14
1.2. A questão da honestidade	20
1.3. Novo jornalismo	22
1.4. Subjectividade	24
1.5. Direito Romano com fonte dos princípios da objectividade jornalística	28
1.5.1. Ouvir todas as partes	28
1.5.2. Imparcialidade	29
1.5.3. Igualdade	30
1.6. O papel da língua nos trabalhos jornalísticos	30
1.6.1. A utilização dos verbos modais	31
1.7. As normas da objectividade	32
1.7.1. Código deontológico em prol da objectividade jornalística	33
1.8. Géneros jornalísticos	35
1.8.1. Manifestação da objectividade nas notícias	38
1.8.2. Manifestação da objectividade na entrevista	39
1.8.3. Manifestação da objectividade na reportagem	40
Capítulo II: Dificuldades em alcançar a objectividade jornalística	43
2.0. Considerações prévias	43
2.1. Negociações com as fontes	44
2.2. Rotina de trabalho	45
2.3. Pressão versus objectividade	46
2.4. A figura de ombudsman nos meios de comunicação social	48
2.5. Tendências modernas do jornalismo	49
2.5.1. A interactividade no meio jornalístico	49

2.5.2. Especialização do jornalismo -----	51
2.5.3. Jornalismo de proximidade/local -----	53
Capítulo III: Estado actual do jornalismo em Cabo Verde -----	55
3.0. Considerações prévias -----	55
3.1. Os relatórios da Freedom House -----	55
3.2. Os relatórios dos Repórteres Sem Fronteiras -----	57
3.3. Os relatórios do Departamento do Estado Americano -----	58
3.4. Análise do Estatuto Editorial -----	58
3.4.1. Estatuto Editorial – Expresso das Ilhas -----	59
3.4.2. Estatuto Editorial – Horizonte -----	60
3.5. Considerações finais -----	61
Capítulo IV: Análise das notícias do Jornal da Noite da Televisão de Cabo Verde – TCV -----	63
4.0. Considerações prévias -----	63
4.1. Análise das notícias -----	63
4.1.1. Jornal da Noite – 1 de Junho de 2007 -----	63
4.1.2. Jornal da Noite – 2 de Junho de 2007 -----	66
4.1.3. Jornal da Noite – 3 de Junho de 2007 -----	68
4.1.4. Jornal da Noite – 4 de Junho de 2007 -----	69
4.1.5. Jornal da Noite – 5 de Junho de 2007 -----	70
4.1.6. Jornal da Noite – 6 de Junho de 2007 -----	71
4.1.7. Jornal da Noite – 7 de Junho de 2007 -----	72
4.1.8. Jornal da Noite – 8 de Junho de 2007 -----	74
4.1.9. Jornal da Noite – 9 de Junho de 2007 -----	76
4.1.10. Jornal da Noite – 10 de Junho de 2007 -----	77
4.1.11. Jornal da Noite – 11 de Junho de 2007 -----	78
4.2. Considerações finais -----	79
Conclusão -----	81
Bibliografia -----	85

INDÍCE DAS TABELAS

Quadro 1: Notícias do Jornal da Noite de TCV sobre o Dia Internacional da Criança no dia 1 de Junho de 2007 -----	64
Quadro 2: Tempo para cada notícia-----	65
Quadro 3:Análise do Jornal da Noite do dia 4 de Junho de 2007-----	69
Quadro 4: Análise do Jornal da Noite do dia 6 de Junho de 2002-----	71
Quadro 5: Análise do Jornal da Noite do dia 8 de Junho de 2007 -----	74

0. INTRODUÇÃO

Escolhemos o tema **“Objectividade jornalística: realidade ou utopia – análise das notícias do Jornal da Noite na Televisão de Cabo Verde – TCV”** porque, a objectividade no jornalismo é um problema que quer no passado quer no presente desperta muita polémica.

Desde a altura em que apareceu o jornalismo no mundo, tem-se discutido e observado se realmente existe objectividade jornalística ou se é só uma utopia. Sobre o assunto, existem aqueles que afirmam que existe a objectividade e aqueles que declaram que é impossível alcançar a objectividade jornalística. Pretendemos com este estudo verificar a verdade sobre o mesmo na Televisão de Cabo Verde.

O conceito de objectividade surge com a modernidade, juntamente com a emergência das ciências experimentais (nos séculos XVIII e XIX). A noção de objectividade aparece intimamente ligado às noções de observação e experimentação, valorizadas no âmbito das ciências positivistas.

Podemos afirmar que, a objectividade é quando é provada que algo é exactamente como foi demonstrada e, logo, entra por exemplo aqui os fenómenos que se prestam a observação e a experimentação para a comprovação.

No caso particular do jornalismo, a objectividade adquire pertinência sobretudo a partir do séc. XIX, no período designado pelos historiadores como «fase industrial da Imprensa». A urbanização, o progresso nos transportes e nas comunicações e o incremento da alfabetização, o alargamento dos públicos ajudaram a criar condições propícias ao surgimento de novas concepções em termos de conteúdo da imprensa.

Uma das razões porque se leva a fala muito na objectividade jornalística é o facto de o trabalho principal no jornalismo é o de informar o que realmente aconteceu e, parte-se do princípio que o que está nos jornais, na rádio ou televisão aconteceu de facto.

Fala-se muito também de não haver uma objectividade jornalística mas sim utopia, ou seja, que o que devia ser relatado como aconteceu não acontece, e que os jornalistas não desempenham o seu papel de relatar factos.

Muitos autores afirmam que a mente do homem é em si subjectivo e, por isso, não pode encontrar a objectividade na sua área de trabalho.

Para que haja uma objectividade jornalística é preciso que se tenha rigor e isenção. Neste trabalho pretende-se mostrar até que ponto os jornalistas são ou não objectivos, ou seja, se a objectividade jornalística é uma realidade ou utopia.

0.1. Objectivos

Para fazer este trabalho, traçamos os objectivos que queríamos atingir, ou seja, qual a finalidade dessa investigação.

0.1.1. Objectivos Gerais:

- 1- Verificar como se manifesta a objectividade no campo jornalístico: pretendemos compreender os níveis da objectividade jornalística. Os jornalistas elaboram os seus trabalhos e, a partir do trabalho fornecidos iremos verificar onde encontra a objectividade, visto que, é uma das principais regras a seguir no trabalho jornalístico;
- 2- Analisar as normas e critérios para alcançar a objectividade jornalística: para alcançar qualquer objectivo, é preciso percorrer algum caminho. O jornalista, para alcançar a objectividade (pretendida), o caminho a seguir são as regras e critérios existentes nesse campo. E, nós iremos percorrer o caminho para analisar como se alcança a objectividade jornalística;

0.1.2. Objectivos Específicos:

- 1- Analisar as ideias relacionadas com o aparecimento da objectividade: fazer o levantamento e análise das ideias que estão relacionadas com o aparecimento da objectividade. A problemática da objectividade surgiu a partir das ideias de pessoas colectivas e individuais, por isso, a nossa preocupação em analisar essas ideias de diferentes índoles;
- 2- Verificar quando e como é que a objectividade entrou no campo jornalístico: a problemática da objectividade não entrou no campo jornalístico logo no momento em que ela começou a ser observada. Para tal, levou algum tempo e, cabe a nós verificar quando e de que forma entrou nesse campo;

- 3- Examinar como se manifesta a subjectividade jornalística: assim como existe a objectividade também a subjectividade anda a seu lado. Ou seja, se encontramos a objectividade encontramos a subjectividade. Se no jornalismo existe a objectividade (que é o que pretendemos verificar), a subjectividade aparece para “contrariar”, por isso, iremos examinar como se manifesta a subjectividade no campo jornalístico;
- 4- Reflectir sobre as dificuldades que os jornalistas encontram em alcançar a objectividade: como já referimos acima, qualquer objectivo para ser alcançado é necessário percorrer um caminho mas, nem sempre esse caminho é fácil. O jornalista para conseguir ou tentar alcançar a objectividade encontra dificuldades pelo caminho. Iremos fazer uma reflexão sobre essas dificuldades e tentar entendê-las;
- 5- Examinar posturas sobre essas dificuldades: pretendemos analisar como é que as diferentes partes relacionadas reagem em relação a essas dificuldades. Essas partes são os jornalistas (principalmente), o público em geral (as pessoas para quem se faz o jornalismo), entre outros;
- 6- Reflectir sobre a presença do ombudsman num órgão de comunicação social: analisar a importância de ombudsman nas empresas de comunicação social, em particular na empresa em estudo, a Televisão de Cabo Verde. O ombudsman é uma pessoa dentro da empresa que faz de elo de ligação entre a mesma e o público, recebendo críticas, elogios deste último e, uma das formas de um bom relacionamento entre a empresa e o público é através de ombudsman (principalmente as empresas de comunicação social que dependem tão directamente do público para sobreviver).
- 7- Reflectir sobre o jornalismo em Cabo Verde: fazer uma análise do passado do jornalismo em Cabo Verde, analisar os problemas que enfrentam no seu dia-a-dia. Verificar como é que é vista essa profissão no nosso país. Verificar o estado actual do jornalismo em Cabo Verde.
- 8- Fazer a análise das notícias do jornal da noite da TCV: fazer uma análise das notícias do Jornal da Noite na Televisão de Cabo Verde do dia um a onze do mês de Junho de

2007. A partir dessa análise, pretendemos verificar se há ou não objectividade por parte dos jornalistas em fazer as notícias.

0.2. Metodologia

A resposta aos objectivos exige uma metodologia a seguir que, serão as seguintes:

1. Pesquisas bibliográficas e documentais sobre estudos já desenvolvidos publicados ou não;
2. Observação participativa junto dos jornalistas verificando como é que os jornalistas recolhem os dados e transformam em notícias principalmente durante o período em que realizamos o estágio.
3. Recolha de conteúdos na Televisão de Cabo Verde – TCV – para a realização da análise proposta.

0.3. Limites Temporais

O estudo de caso em análise será realizado na Televisão de Cabo Verde – TCV – situação de mês de Junho de 2007.

0.4. Motivação/Justificação do Tema

A escolha do tema, Objectividade jornalística: realidade ou utopia – análise do Jornal da Noite na TCV – para a realização do trabalho é pelo facto de que objectividade jornalística ser uma problemática desde que apareceu.

Não só no campo jornalístico mas, em outras áreas que começou a ser analisada, como em ciências positivistas, a objectividade é um problema muito debatido e analisado.

Em Cabo Verde, quase não se nota falar da objectividade jornalista, pelo menos, pelo pessoal dessa área.

A Televisão de Cabo Verde é muito criticada pelo público pelo trabalho que os seus profissionais fazem e, o nosso objectivo é analisar se no maior programa de informação dessa televisão, os jornalistas seguem os critérios para alcançar a objectividade e se é alcançada nas notícias elaboradas.

CAPÍTULO I: NORMAS E CRITÉRIOS DA OBJECTIVIDADE JORNALÍSTICA

1.0. Considerações Prévias

A objectividade adquire afinco sobretudo a partir do século XIX. A urbanização, o progresso nos transportes e nas comunicações e o incremento da alfabetização, o alargamento dos públicos ajudaram a criar condições propícias ao surgimento de novas concepções em termos de conteúdo da imprensa.

A objectividade jornalística apresenta-se, não como o resultado de uma reflexão epistemológica acerca do jornalismo, mas enquanto construção resultante da nova estratégia comercial da Imprensa: a extensão e diversificação dos públicos aconselham uma nova atitude, que se traduz num relato dos acontecimentos que seja válido para todos os leitores e não apenas para este ou aquele indivíduo ou grupo de indivíduos.

A relação entre jornalismo e objectividade nota-se no século XIX mas é no início do século XX que o conceito se aplicará, nos Estados Unidos da América, como sendo valor jornalístico.

A objectividade será consagrada nos códigos deontológicos e nas escolas de jornalismo que se creditam, por essa altura, como elementos que contribuem para a regulação do sistema. No artigo denominado “Em louvor da santa objectividade” de Mário Mesquita, no site dos Sindicatos dos Jornalistas de Portugal, ele cita John Merrill que diz que “a objectividade jornalística transforma-se, como num conceito ético («objectivity-as-ethics-concept»).

Iremos falar nesse capítulo da problemática da objectividade tendo em conta as normas e os critérios para se alcançar uma objectividade jornalística.

1.1. A Problemática da Objectividade

Qualquer enciclopédia indica que, desde o início da história da filosofia, a noção de objectividade surge com a modernidade, juntamente com a emergência das ciências experimentais no decorrer dos séculos XVIII e XIX.

Como já referimos anteriormente⁽¹⁾, o conceito aparece intimamente ligado às noções de observação e experimentação, valorizadas no âmbito das ciências positivas.

Vários autores referem à objectividade de formas diferentes, como Platão, Aristóteles, Immanuel Kant, Descartes, Karl Popper, entre inúmeros outros que já tiveram a oportunidade de colocarem a questão da objectividade nas suas análises.

De acordo com Manheim in Dicionário de Sociologia (2002: 268)⁽²⁾ “os momentos e as técnicas de objectivação não fazem luz à realidade, carecem de ser corrigidos e superados por outros momentos e técnicas mais consentâneos com a complexidade, a criatividade, a subjectividade e a fenomenologia dos mundos e das acções sociais”.

Ou seja, as técnicas que são utilizadas para o alcance da objectividade não alcançam a realidade, isto é, a objectividade é muito difícil de alcançar a não ser que esta técnica seja aplicada juntamente com outros métodos.

“Conceito mítico do jornalismo, estabelecido como meta a atingir pelo jornalista no desempenho da sua função, quando se funde com a ideia de neutralidade” (Szymaniak, 2000: 167),⁽³⁾ ou seja, os jornalistas tem como objectivo alcançar a objectividade através da isenção e neutralidade.

Por objectividade entende-se como sendo, segundo explica o Dicionário de Jornalismo (Cascais, 2001:145)⁽⁴⁾:

Conceito de difícil definição que correntemente se utiliza nas referências à actividade jornalística mas que não representa mais do que um seu ideal, logo não atingível. A objectividade, se existir, poderá encontrar-se na informação científica, onde a mesma experiência executada por diferentes experimentadores conduz sempre aos mesmos resultados. No jornalismo, um mesmo acontecimento coberto por diferentes repórteres não conduz a mesma reportagem. O paradigma da objectividade, uma espécie de referência do jornalismo americano, tende para o que os seus críticos chamam jornalismo de «ele-disse-ela-disse», isto é, a objectividade obtém-se pelo distanciamento do repórter que ouve todas as partes e deixa ao público a conclusão.

Se partimos dessa definição, ou melhor, dessa reflexão sobre o que é objectividade, concluímos que a objectividade no campo jornalístico é impossível de atingir, ao contrário noutros campos que isso é possível – alcançar a objectividade.

(1) Ver ponto 1.0

(2) Rui Leandro Maia, Dicionário de Sociologia

(3) Włodzimierz Szymaniak, Dicionário de Ciências da Comunicação

(4) Fernando Cascais, Dicionário do Jornalismo: As palavras dos média

O autor(5) refere a objectividade como sendo um ideal dos jornalistas justificando que cada pessoa relata o que vê da sua forma.

A mesma opinião tem José Rodrigues dos Santos (2003: 17)(6) que diz que “o resultado é que a realidade do que aconteceu não foi reproduzida, mas reconstruída. A construção da realidade constitui a regra do discurso humano, em geral, e do jornalismo em particular... na base do problema estão fundamentalmente as nossas limitações na relação com a realidade”.

Com essa afirmação, José Rodrigues dos Santos quer dizer que é do próprio homem ter dificuldade em relatar os factos assim como aconteceu e visto, sendo o jornalista a pessoa com essa função dentro da própria profissão e sendo ele um ser humano, logo é impossível alcançar a objectividade.

No nosso entender a objectividade jornalística existe se o jornalista, ao descrever os factos por si reportados, se cingir apenas ao objecto da sua notícia, ou seja, aos factos como eles aconteceram (que é exactamente a sua função).

No entanto, o problema da objectividade jornalística é mais complexo do que isso, porque tanto tem a ver com a forma como as notícias e os temas de reportagens são tratados como com a própria selecção das notícias ou dos temas publicados ou omitidos.

A reportagem que os jornalistas americanos fizeram da guerra do Iraque não foi igual, certamente, à reportagem que fizeram os jornalistas árabes. Isso não quer dizer que algum deles tenha distorcido os factos. O que quer dizer é que cada um reportou apenas uma parte dos factos, a parte dos factos que melhor traduzia a realidade como cada um deles a via e interpretava.

Podíamos citar aqui muitos exemplos em que são omitidos muitos factos, principalmente durante uma guerra em que existem duas partes, sendo que cada uma quer que o público imagine que a referida parte é que está a levar a melhor.

Mais do que falar em objectividade ou verdade jornalística, pensamos que temos de falar em jornalismo sério e jornalismo desonesto, interesseiro ou comprometido. Tanto um como o outro nunca transmitem a verdade toda. Enquanto que no jornalismo sério o jornalista procura pautar-se por critérios que não o favoreçam a si, no segundo o jornalista procura

(5) Fernando Cascais, Dicionário do Jornalismo: As palavras dos média

(6) José Rodrigues dos Santos, A Verdade da Guerra

tirar sempre algum partido da notícia, seja por razões que tenham a ver com o dinheiro, seja por quaisquer outras razões como a ideologia, a religião, ou quaisquer outras motivações pessoais.

A maioria dos órgãos de comunicação social ou senão todos, primam pela objectividade tendo-o especificamente estipulado nos seus livros editoriais. Um exemplo é o caso do PÚBLICO.

Pesquisando o Livro de Estilo do PÚBLICO disponível no site (www.publico.pt), encontramos que, “a objectividade jornalística é entendida como um valor-limite e uma meta que o PÚBLICO procura todos os dias alcançar, desde logo com a exactidão dos factos relatados e a fidelidade das opiniões recolhidas.

Os casos que se prestem a campanhas, manipulação e desinformação requerem maior prudência do jornalista para garantir a objectividade, recorrendo à pluralidade das fontes e à investigação, sem se deixar arrastar por ideias pré concebidas”.

A empresa de comunicação social Público, como a maioria das outras empresas, senão todas, têm como objectivo principal relatar os factos assim como elas aconteceram, ou seja, não acrescentar nada que não tenha acontecido nas notícias elaboradas.

A nossa observação é o de que todos os profissionais de comunicação social deviam fazer, relatar somente os factos sem interferir com as suas próprias opiniões. E, porque existem casos de acontecimentos que exigem mais cautela, os jornalistas devem ouvir ou pelo menos tentar ouvir todas as partes envolvidas.

Um exemplo concreto dessa forma de trabalhar, ou seja, tentar ouvir todas as partes envolvidas, foi o que aconteceu connosco num trabalho que fizemos durante o estágio. Passamos a relatar: um indivíduo muito conhecido na sociedade pelas crianças, pais e encarregados de educação foi preso e maltratado (segundo ele) pelos policiais. Chamou a televisão para contar a versão dele do que tinha acontecido. Depois de o ouvirmos, contactamos os policiais da esquadra onde ele disse ser preso para tentar apurar a versão deles, mas isso não foi possível porque não estavam munidos de informação necessária para o esclarecimento, nem naquele dia, nem em qualquer dia. E, no fim da peça noticiosa, colocamos exactamente o que aconteceu. Nesse caso, tentou-se ouvir todas as partes, mas só que não foi possível.

O mesmo documento refere ainda que “tal como não existe objectividade em estado puro, não existem nos textos jornalísticos fronteiras absolutas entre informação, interpretação e opinião”.

No nossa interpretação, o referido documento(7) contradiz em algumas exposições, quando diz que a “objectividade é uma meta que o Público procura alcançar” e que a “objectividade em estado puro”. Se os profissionais do Público fazem para que os trabalhos sejam objectivos não devem dizer que a objectividade não existe, porque senão nunca os seus trabalhos serão objectivos e logo não serão credíveis.

Muitos outros autores afirmam que a objectividade não é dos humanos e que logo os trabalhos dos jornalistas não são objectivos porque os jornalistas são humanos. Um desses autores é o José Rodrigues dos Santos, na sua obra “A Verdade da Guerra”.

A preocupação dos jornalistas com a objectividade surge no século XIX. A industrialização e a urbanização provocam um grande desenvolvimento da imprensa e a objectividade surge por razões mercantis. Explica Cornu: “Que fazer para desagradar ao menor número de leitores potenciais, dado ser impossível agradar a todos? Tal é então, formulada em termos de mercado, a aposta da objectividade jornalística” (Cornu, 1999: 329)(8).

Na didáctica do jornalismo sublinha-se que “o comentário é livre mas os factos são sagrados” a expressão do jornalismo inglês para caracterizar uma informação que deve ser neutra e imparcial. O jornalista não deve interferir nos factos, mas sim reproduzir as notícias com fidedignidade, exactidão e precisão.

Não pretendemos referir que o trabalho do jornalista está sempre submetido à exigência de fidelidade, exactidão e rigor no relato das opiniões e factos. No jornalismo expressam-se também pontos de vista. Em espaços que devem ser apropriados e de fácil distinção para os leitores, ouvintes e telespectadores, os jornalistas escrevem e transmitem artigos de opinião, crónicas, editoriais em que há lugar à interpretação, embora a verdadeira arte de falar não exista sem união à verdade ao contrário do que sucede com a retórica, que visa não a verdade mas apenas persuadir.

(7) Livro de Estilo do PÚBLICO

(8) Jornalismo e a verdade: para uma ética de informação

Mas a objectividade é uma das marcas identificadoras do jornalismo. A objectividade pode ser entendida como teoria para chegar à verdade, ou como um conjunto de rotinas e procedimentos profissionais, como, por exemplo, confiar nas fontes oficiais ou ouvir ambos lados. Acontece que está esgotada a teoria para chegar à verdade. Uma razão importante é a de que a objectividade entra em conflito com outros valores defendidos pelo jornalismo, por exemplo, o de contar histórias. Também a televisão pressiona bastante o jornalista para que exiba uma personalidade atraente, credível, até divertida.

Outra forma de compreender a objectividade é vê-la como uma técnica de persuasão, uma estratégia retórica. Para o jornalista fazer aceitar a sua visão, explana uma teoria da realidade, convence as pessoas de que não tem qualquer interesse no assunto e, por isso, diz a realidade como ela é.

“A objectividade é muitas vezes tomada num sentido extensivo, qualificando a qualidade essencial exigida ao conjunto das práticas jornalísticas” (Cornu, 1999: 326)(9).

O autor(10) citando vários autores no seu livro “Jornalismo e a Verdade: Para uma ética de informação”, observa que não há objectividade jornalística mas sim honestidade.

Os jornalistas anglo-saxónicos, que põem em primeiro lugar os factos, diferentemente dos jornalistas franceses que primam pelo comentário, todos eles são honestos no que concerne às informações que passam. Todos eles porque, como se sabe, todos os profissionais dos meios de comunicação (os jornalistas), primam pela objectividade ou, senão os seus trabalhos não serão considerados perfeitos. E, os jornalistas franceses são conhecidos como os que não têm esta preocupação.

Conforme escreve Daniel Cornu, (1994: 359)(11) “a objectividade é a atitude (quanto à pessoa) ou o método (quanto à aproximação) que permite ligar a realidade à verdade, ver ‘as coisas como elas são’, e não é de forma nenhuma realizada por uma política de informação que vise apenas o equilíbrio e a neutralidade. A realidade, em si mesma, é brutal, excessiva, conflitual.”

Quer dizer que a partir da objectividade podemos chegar a realidade. É o mesmo que dizer que se sabemos que um jornalista fez ou faz um trabalho objectivo iremos acreditar nele e confirmar que a realidade é o que ele relatou.

(9) ibidem

(10) Daniel Cornu

(11) Jornalismo e a Verdade: para uma ética de informação

O mesmo autor (Cornu) in Melo (1986: 100)(12) refere que “na prática, a objectividade é entendida como mecanismo para economizar tempo e espaço, significando síntese. Reduz-se a um princípio: captação do máximo possível de informações com o mínimo de palavras” Quando um jornalista faz um trabalho objectivo, o mesmo é elaborado num curto espaço e com poucas palavras, ou seja, é como fazer um resumo do que aconteceu mas contando tudo. Assim, evita dar muitas voltas ao escrever a peça e ser mais compreensível o trabalho.

Com efeito, a objectividade passou de problemática e atitude ética a um conjunto de normas investigativas e estilísticas. Diz Melo (1986:100): ”Com o tempo, a ideia de objectividade assumiu o carácter de doutrina, deixando de ser um compromisso ético e transmutando-se num receituário de acção.” Que um conjunto de convenções acerca das origens e apresentação dos factos que protege os jornalistas, diminuindo os riscos corridos pelos profissionais em função das limitações inerentes ao seu trabalho. Este ritual não resolve o problema da objectividade, mas ajuda a estabelecer uma certa distanciação entre o jornalista e o produto jornalístico

1.2. A Questão da Honestidade

No wikipedia,(13) a enciclopédia livre na Internet, refere que a honestidade é o “acto, qualidade, ou condição de ser honesto. Isto pode incluir ser a pessoa ou instituição verdadeira em seus actos e declarações, não propensa a enganar, mentir ou fraudar; sem malícia.”

Uma pessoa honesta é aquela que tem intenção de não enganar, dizer a verdade. A honestidade tem a ver com a honra, assim, os jornalistas em vez de falarem da objectividade, referem à honestidade porque, podem distorcer factos sem darem por isso. E é isso que diz alguns autores.

Hubert Beuve-Méry cite in Daniel Cornu,(14) refere que “A objectividade não existe. A honestidade sim.” Continuando, “os jornalistas quando são questionados se são objectivos respondem que são honestos.” Logo que responderem que são honestos já a questão da

(12) José Marques de Melo, Comunicação: Direito à informação

(13) www.wikipedia.org

(14) Jornalismo e a verdade: para uma ética de informação

objectividade é posto em segundo plano, tanto para os jornalistas como para quem tem acesso aos seus trabalhos. Que houve o que os jornalistas dizem, ficam a priori pensando que pelo menos tentou-se ser objectivo, mesmo não conseguindo.

Outros autores também fazem referência a honestidade dos jornalistas. “Hoje em dia, acabou praticamente o debate sobre a objectividade e a verdade, que tanta tinta fez correr... a verdade está fora do alcance do homem. Daí dar-se caução a toda e qualquer coisa, com a única salvaguarda da honestidade e da legalidade” (Lagardette, 1994: 86)(15). Quer dizer que qualquer profissional na área de jornalismo sempre responde que é honesto quando lhe é falado da objectividade, pelo facto de saber que nenhum ser humano consegue ser objectivo.

Quando se fala da objectividade jornalística tem que se ter em conta de que ângulo o jornalista observa o acontecimento, observa o mesmo autor. E, aponta duas conclusões sobre esta reflexão:

“A descrição objectiva é impossível pois existe uma interacção entre o observador e o observado; é impossível, também, porque, para descrever perfeitamente um fenómeno, seria preciso descrever ao mesmo tempo o conjunto das relações que interagem com esse fenómeno”, ou seja, nenhuma pessoa consegue descrever exactamente o que observou. Concordamos com a opinião desse autor porque pensamos que é muito difícil fazer referência de algo quando é exigida.

Por exemplo, quando nos pede para fazer a exposição das características duma pessoa, podemos chegar perto de como ela é mas, nunca conseguimos dizer todas as características, apesar de com a descrição que fazemos já damos uma ideia muito próxima.

O jornalista tendo o papel de agente social, visto que, ele é responsável pela observação da realidade, mediador entre os factos de interesse público e a cidadania, por isso, “significa buscar novos padrões de expressão jornalística, possibilitando a difusão de diferentes versões dos factos, honestamente construídas” (Melo, 1986:105)(16). Ou seja, todos os acontecimentos envolvem diferentes pontos de vista, por isso, é preciso desenvolvê-los completamente, mostrando ao público o que realmente aconteceu.

(15) Manual da escrita Jornalística: escrevo-informo-convenço

(16) Comunicação: Direito à informação

“A objectividade jornalística corresponde a assegurar que os acontecimentos sejam captados e reproduzidos sobre diferentes ângulos, gerando distintas versões, honestamente registadas pelos seus protagonistas privilegiados – os jornalistas profissionais” (Melo, 1986:106)(17).

O jornalista para ser objectivo tem que ser honesto na feitura do trabalho. Não esquecendo nunca de ter em conta dos valores da mediação jornalística, a veracidade, a clareza e a credibilidade. O jornalista tem que relatar o que apurou pessoalmente e o que disse as pessoas envolvidas no acto e ainda que observou o ocorrido. Só assim o jornalista pode ser honesto.

1.3. Novo Jornalismo

Fernando Cascais (2001: 143)(18) descreve-o da seguinte forma: “o novo jornalismo era uma forma de escrita e de narrativa próxima da literária e onde as reportagens ganhavam uma dimensão desconhecida nas salas de redacção: os textos incluíam o pensamento, os sentimentos e emoções dos protagonista...” Então, o novo jornalismo, no nosso entender é fazer com que quem lê, vê ou ouve o que uma outra pessoa pensa da realidade do mundo. Sendo assim, esse jornalismo não é objectivo.

O novo jornalismo é a fase histórica de renovação do Jornalismo Literário nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, caracterizada pela introdução de novas técnicas narrativas, grande exposição pública e popularidade, reivindicação de qualidade equivalente à literatura.

Abundantemente praticada em revistas de reportagem especializadas em Jornalismo Literário, publicações alternativas, livros de reportagens e até mesmo em veículos da grande imprensa.

Sobre o novo jornalismo, encontramos que (Dicionário de Ciências da Comunicação, 2000: 165 e 166)19:

A expressão designa dois momentos distintos, e cronologicamente separados, que reformaram o espírito e os valores fundamentais da informação jornalística. O primeiro momento do Novo Jornalismo aconteceu no século XX, quando começou a existir uma tendência para profissionalismo da classe. Anos depois, o

(17) ibidem

(18) Dicionário do Jornalismo: as palavras dos média

(19) Włodzimierz Szymaniak

aparecimento da rádio... A conduta por códigos deontológicos próprios e a procura de valores essenciais como a imparcialidade e objectividade... na década de 60 o sistema informativo sofreu uma verdadeira revolução. A segunda vaga do Novo Jornalismo marca a transição para o jornalismo especializado, ... e o assumir de uma postura mais subjectiva perante o objecto da informação.

Em qualquer profissão, ou melhor, no mundo, sempre estamos sujeitos ao aparecimento de coisas novas. Em todas as profissões, assim como no jornalismo. Essa profissão sofreu transformações ao longo do tempo e desde seu surgimento.

Como diz o autor supracitado, no jornalismo houve duas fases principais, mas nós podemos afirmar que todos os dias existem novidades na profissão mas que podem não ser muito notadas.

Regista-se a elevação para a fama de grandes mestres da narrativa do real, como Gay Talese e Tom Wolfe, assim como o salto para a produção de não ficção de nomes consagrados da literatura mundial como Norman Mailer e Truman Capote entre outros mais, refere o texto intitulado “Novo Jornalismo” da Academia Brasileira do jornalismo literário (www.textovivo.com.br).

“A arte de ilustrar factos sólidos com o estilo vaporoso da ficção: Truman Capote escreveu ‘reportagens’ que deveriam estar em galerias de arte”, menciona o Boletim nº 20, Janeiro-Fevereiro de 1998 do Instituto Gutenberg.

A diferença do jornalismo praticado na altura e as reportagens de Capote é que o futuro autor elaborou um projecto estilístico de unir jornalismo e literatura.

No ano de 1956, Truman Capote inaugurara seu projecto de jornalismo literário com uma peça intitulada “Ouvindo as musas”, um relato da excursão de uma companhia de teatro americana à União Soviética em 1955.

No auge da guerra-fria, um comboio com o elenco negro da ópera de George e Ira Gershwin *Porgy and Bess* cruzou o que se chamava de “cortina de ferro.” Capote estava a bordo, na condição de enviado especial de New Yorker, em companhia, segundo a ordem de importância da sua lista, de “cinquenta e oito actores, sete auxiliares de bastidores, dois maestros, diversas esposas e funcionários administrativos, seis crianças e a respectiva professora, três jornalistas, dois cachorros e um psiquiatra”,(20). O mesmo documento do

(20) Boletim nº 20, Janeiro-Fevereiro de 1998 do Instituto Gutenberg

Instituto Gutenberg, acima mencionado, afirma que(21) “gastou lápis anotando factos, queimou neurónios inventando cenas. Descrição soberba de lugares e instantes, personagens reais montadas com a ourivesaria do romance, muito diálogo, observações ferinas, uma história completa na primeira pessoa saiu, em Outubro de 1956, na New Yorker, dividida em duas partes equitativamente soberanas”.

No final do ano saiu em livro, já assumida como literatura ou, nas palavras do autor, “um romance cómico”. O título foi tirado do discurso do anfitrião russo: “Quando se ouvem os canhões, as musas se calam; quando se ouvem as musas, os canhões se calam”. Capote adorou, por motivos que um jornalista profissional jamais escreveria: “Queria uma coisa bem russa, uma obra de arte Fabergé, uma caixinha de música, por exemplo, tremulando ao som de uma melodia brilhante, precisa, maliciosa.”(22)

Apesar da forma de relato jornalístico, pessoas citadas queixaram-se de que o ficcionista ultrapassou o repórter, fabricando cenas, criando diálogos e atribuindo aos “personagens” pensamentos e atitudes que eles renegavam.

Muitas reportagens objectivas de hoje, baseadas em “realizou-se ontem” ou “fulano disse”, enfrentam reacções iradas das fontes – e nem têm o álibi da linguagem aprimorada. Uma das vítimas de Capote na viagem à União Soviética, Nancy Ryan, secretária da companhia, a quem ele conduziu à revelia pela estação de Brest Litovsk para um passeio empolgante inteiramente inventado, desculpou-o ao falar com o biógrafo do escritor, jornalista Gerald Clarke, autor de *Capote – Uma biografia*:

Ele brincava com as coisas. Mas não alterava a verdade básica ou o espírito genuíno de tudo aquilo, refere o Boletim nº 20, Janeiro-Fevereiro de 1998 do Instituto Gutenberg. O que Truman Capote faz na sua forma de escrever aproxima-se às crónicas de viagem.

1.4. Subjectividade

Eunice Cabral no trabalho intitulado “Subjectividade” publicado no Dicionário de Termos Literários (com a edição e organização de Carlos Ceia(23) esclarece que é durante o século XIX que a subjectividade moderna configura, de facto, a cultura ocidental. A arte romântica,

(21) Boletim nº 20, Janeiro-Fevereiro de 1998 do Instituto Gutenberg

(22) Boletim nº 20, Janeiro-Fevereiro de 1998 do Instituto Gutenberg

(23) Disponível no site <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/S/subjectividade.htm>

por exemplo, é determinada por uma interioridade absoluta, que remete inegavelmente para a subjectividade.

A realização expressiva própria do romantismo, que é também uma forma de vida, apreende a realidade como uma manifestação através do eu. Segundo Hegel, a vida religiosa, o Estado e a sociedade, tal como a ciência, a moral e a arte tornam-se encarnações do já referido princípio da subjectividade. A subjectividade torna-se, então o princípio universal e efectivo de uma nova forma do mundo, a moderna.

No wikipedia(24), encontramos que a subjectividade é “entendida como o espaço de encontro do indivíduo com o mundo social, resultando tanto em marcas singulares na formação do indivíduo quanto na construção de crenças e valores compartilhados na dimensão cultural que vão constituir a experiência histórica e colectiva dos grupos e populações.”

A subjectividade constitui-se num espaço relacional, onde a insistência dos modos de percepção irá instaurar a realidade.

A nossa observação, existe a subjectividade jornalística porque os jornalistas como investigadores – realizam pesquisas com o objectivo de relatar o que aconteceu num certo contexto, narradores – depois de investigar irão narrar o que conseguiram durante a pesquisa e autores – porque eles narram através da escrita (para a rádio, televisão e jornal), eles não conseguem realizar trabalho com objectividade total, mas sim representam a realidade.

Um dos motivos que leva ao que acabamos de referir é o desejo dos destinatários (leitores, ouvintes e telespectadores) que querem ter acesso aos acontecimentos tal como eles aconteceram.

Uma das razões para que se pense que o trabalho do jornalista é objectivo é provavelmente o facto de a tarefa principal do jornalismo/jornalista é informar sobre o que aconteceu.

Parte-se do pressuposto que o que está nos jornais, rádios e jornais deve estar relacionado com aquilo que de facto aconteceu.

(24) www.wikipedia.org

O facto de os jornalistas não alçarem a objectividade absoluta mas possível, na nossa observação é próprio dos humanos. Isso, não quer dizer que os trabalhos dos jornalistas não são objectivos, mas sim, até onde conseguem ser.

A objectividade é entendida como a conformidade com a realidade que se pode evidenciar através de duas estratégias diferentes: ou se apresentam todas as versões contraditórias do mesmo facto ou tenta-se apresentar uma visão imparcial desse mesmo facto, o contrário disso já não é objectividade mas sim subjectividade.

As regras do jornalismo dizem que tem que se ouvir todas as partes envolvidas no acto (acontecimento) para que o trabalho do jornalista seja objectiva. (Sobre este assunto falaremos mais a frente).

No seio do jornalismo, a subjectividade tem sido negada de forma bem mais clara e directa. Nega-se, por exemplo, porque face à teoria de que “os factos falam por si”, descrever o acontecimento isenta e friamente é tudo o que há a fazer para que as notícias correspondam fielmente à realidade.

E neste sentido, a subjectividade assume-se como fonte de perturbação, quer da observação dos factos quer da sua comunicabilidade, surgindo sempre mais ou menos associada ao facciosismo e à manipulação, enquanto a objectividade, pelo seu lado, é tradicionalmente encarada como uma garantia de rigor informativo e verdade. Daí os conhecidos rituais de objectividade (contrastação das fontes, citação entre aspas, etc.) que, não obstante favorecerem, de facto, o conhecimento objectivo, também servem, por vezes, de desculpa para os jornalistas quando dão informações erradas ou manipuladoras, como, acertadamente, refere Jorge Pedro de Sousa (2000: 84)(25).

Neste caso, porém, estaremos já perante um problema ético. Tal como no exemplo com que José Rodrigues dos Santos procura ilustrar o primado da subjectividade jornalística: “ao apresentar os dois lados de um problema, o jornalista pode saber que um dos lados está a mentir, mas as regras da objectividade compelem-no a deixar de fora a sua opinião consciente e a apresentar ambos os lados em posição de igualdade” (Santos, 2002: 60)(26).

(25) As notícias e os seus efeitos

(26) Crónicas de Guerra – da Crimeis a Dachau

É uma opinião geralmente aceite que a opinião só pode levar a subjectividade. O que faz com que, de um modo geral, a tendência de se associar a subjectividade à opinião e objectividade à notícia.

A primeira tem a ver com a (im) possibilidade real de se vir a manter essa distinção, pelo menos com o rigor que lhe é conferido nos códigos deontológicos de inúmeras associações de jornalistas.

Poderemos formulá-la deste modo: numa altura em que cada vez mais a pressão das audiências e a necessidade vital de se assegurar a viabilidade económica das empresas jornalísticas, leva a que a notícia seja como que revestida de um banho persuasivo para atrair o maior número possível de leitores, ouvintes ou espectadores, que sentido fará, num futuro próximo, tal distinção? “Como não considerar opinião o destaque diferente que cada bom jornal atribui às notícias, variando a sua localização, decidindo abrir o jornal com elas ou divulgá-las nas páginas interiores?” (Colombo, 1998: 56)(27).

A segunda questão nasce do equívoco que parece residir na crença de que a notícia se situa, por assim dizer, no reino da objectividade jornalística enquanto a opinião – seja a do editorial, do artigo ou do comentário – pode dar-se ao luxo de ser menos rigorosa, precisamente porque emerge da subjectividade do respectivo articulista e representa apenas a sua opinião.

Ao que, se poderia ainda acrescentar, o fundamento da notícia é, regra geral, verificável e o da opinião, não. Pensamos que não se justifica tal entendimento. Por um lado porque, como refere Mar de Fontcuberta (1999: 80)(28), embora haja fundamentalmente dois grandes tipos de géneros jornalísticos – os que servem para dar a conhecer os factos e os que dão a conhecer as ideias ou opiniões – a verdade é que frequentemente se misturam numa mesma peça, sendo difícil identificá-los.

Basta ver o que ocorre no chamado jornalismo de interpretação onde o leitor encontra os juízos de valor (comentário) ao lado da narração dos factos (relato), quando não mesmo, no interior da própria narração.

(27) O jornalismo hoje – como se faz a informação

(28) A notícia

Depois, porque sobre o jornalista recai sempre a mesma exigência ética de respeitar a verdade, quer quando relata um facto quer quando o comenta. E se todos os factos requerem interpretação, não é menos verdade que esta pode e deve representar uma permanente tentativa de passar da subjectividade à objectividade.

O que a subjectividade não pode é continuar a ser vista como albergue de erros grosseiros, manipulações evidentes, atropelos lógicos ou pura discricionariedade, nem servir de desculpa para opiniões sem a mínima justificação racional. Porque sendo embora condição do próprio conhecimento, só objectivamente se pode afirmar sempre que se apresente como portadora de alguma razão.

1.5. Direito Romano Como Fonte dos Princípios da Objectividade jornalística

Direito Romano é um termo que se refere ao conjunto de regras jurídicas formuladas na cidade de Roma e mais tarde, ao corpo de direito aplicado ao território do Império Romano e, após a queda do Império Romano do Ocidente, ao território do Império Romano do Oriente, isto é, Direito Romano, é o conjunto de regras que regem a sociedade romana, desde as suas origens até a morte do imperador Justiniano.

O Direito Romano é fonte de algumas regras do jornalismo, ou seja, certos princípios do jornalismo deriva do Direito Romano.

Passamos a citar alguns dos princípios que podemos encontrar no jornalismo e que são derivados do Direito Romano.

1.5.1. Ouvir Todas as Partes

Um jornalista quando faz o seu trabalho e com a finalidade de que esse trabalho seja objectivo, tem que ouvir todas as partes envolvidas.

Quando acontecer algo em que envolve mais do que uma parte é necessário saber o que dizem as partes envolvidas.

Por exemplo, o que acontece de vez em quando na nossa sociedade é acusar os polícias de abuso de autoridade e violência nos meios de comunicação social, principalmente na Televisão de Cabo Verde. Nesse caso, o que o jornalista deve fazer é tentar ouvir a versão da polícia, sem que esse profissional tire alguma conclusão, deixando isso para o público.

1.5.2. Imparcialidade

Um dos princípios fundamentais do jornalismo é ser imparcial. Nunca dar opinião sobre um acontecimento.

O jornalista deve apenas relatar o que viu e ouviu, cabendo ao público tirar a sua conclusão.

A imparcialidade também é um dos princípios do Direito Romano. A lei diz que num julgamento deve-se ser imparcial. Não tomar uma decisão só porque a pessoa envolvente é nosso amigo ou familiar.

No jornalismo acontece exactamente a mesma situação. Nunca um jornalista deve dar o seu ponto de vista em relação a um acontecimento porque, uma das partes é seu familiar, ou se for em relação aos partidos políticos, se for de um determinado partido, entre outras situações.

A imparcialidade é um dos métodos que o jornalista tem que adoptar se quiser realmente que o trabalho seja objectivo.

1.5.3. Igualdade

Passamos logo a dar um exemplo do que aconteceu na Televisão de Cabo Verde em termos de igualdade de espaço e tempo de antena.

Há alguns meses atrás, houve um «mal entendido» entre a Câmara Municipal da Praia e esta estação de televisão sobre um terreno que fica em frente da estação. O terreno depois de ser construída, taparia a «vista» da televisão.

Uma peça noticiosa no Jornal da Noite relatava a situação com a intervenção do presidente da Câmara da Praia a dar a sua opinião e, mais do que uma pessoa da Televisão de Cabo Verde a intervir e com maior tempo.

Podemos concluir que, este trabalho jornalístico não tem nada de objectividade, exactamente pelo facto de não haver igualdade com as partes envolvidas.

No Direito Romano também, a igualdade está presente em muitos casos, (que não é necessário fazer a sua menção neste trabalho). É, por isso, que se diz que o Direito Romano é fonte de alguns princípios do jornalismo.

Depois de fazermos a análise de alguns princípios que derivam do Direito Romano e que podemos encontrar no jornalismo, concluímos que tudo isso é possível porque o Direito

Romano falava de pessoas (persona) e o jornalismo lida com aquilo que está relacionado com as pessoas.

O Direito Romano não só influencia o jornalismo como outras áreas na sociedade (como na medicina) e, no jornalismo a objectividade jornalística tem muito a ver com os princípios de Direito Romano.

1.6. O Papel da Língua nos Trabalhos Jornalísticos

O homem é um ser vivo que utiliza a língua permanentemente no seu dia-a-dia. Ele faz utilização desse instrumento porque é com ele que se comunica, mesmo sabendo que a maior parte da comunicação humana é feita através da linguagem não verbal. Contudo, a língua é mais precisa e melhor compreendida.

O homem utiliza a língua em casa, quando conversa com os familiares e amigos, na rua com desconhecidos, para além de variáveis situações de comunicação, ele utiliza a língua no seu local de trabalho. A pessoa que tem como profissão jornalista, a língua é um dos seus principais instrumentos de trabalho. É através dela que elabora e divulga o seu trabalho. É através da linguagem que uma pessoa (jornalista) constrói realidades significativas.

A forma como os jornalistas utilizam a língua, designa-se de linguagem jornalística. Linguagem jornalística (Szymaniak, 2000:146)(29) é o “atributo do texto informativo formatado para ser divulgado através dos meios de comunicação social. As características mais relevantes deste género de linguagem são: clareza, precisão e concisão.”

Os jornalistas quando utilizam a língua têm que seguir algumas regras para que os trabalhos (textos informativos) sejam claros e precisos. Para que tal aconteça, esses profissionais devem responder à seis perguntas: quem, quando, onde, o quê, como, porquê.

A concepção da objectividade faz com que o estilo dos trabalhos jornalísticos se torne narrativo (notícias, reportagens) facilmente compreensível. É evidente que entra aqui também essencialmente a forma como se emprega a língua. Descrevem a realidade tentando adoptar, conscientemente, uma forma de linguagem pré estabelecida, sem que haja qualquer questionamento sobre a natureza dessa realidade.

(29) Dicionário de Ciências da Comunicação

O jornalista esforça-se em identificar quais os temas, pessoas e interesses que se revelam mais interessantes para os consumidores de informação. Ao mesmo tempo, tenta descobrir as formas de tornar a sua mensagem mais acessível, conforme às próprias competências linguísticas e culturais das pessoas que irão ter acesso a essa informação.

A descrição transparente e clara dos factos é um dos fenómenos mais presentes no campo jornalístico e, sabemos que é através da linguagem que se pode fazer essa descrição transparente e clara dos acontecimentos.

1.6.1. A Utilização dos Verbos Modais

Podemos afirmar que o uso dos verbos modais sublinha a subjectividade. A ausência dos verbos modais aumenta a objectividade.

Os verbos modais são elementos que frisam a subjectividade portanto, um dos elementos que os jornalistas devem evitar. Não dizemos que não se deve usar mas evitar o seu uso.

Os manifestantes obrigaram os polícias a usar armas. Se repararmos nesta frase, notamos que há o uso do verbo modal *obrigaram* que não era necessário utilizar. O trabalho do jornalista é descrever o que realmente aconteceu, nesse caso, dizer o que fizeram os manifestantes e que levaram os polícias a *usar as armas*. Para além de referir aos actos dos manifestantes, os dos polícias têm que ser mencionados. Se no exemplo supra citado o jornalista tivesse dito *os polícias usaram armas contra os manifestantes*, a frase estaria mais objectiva.

O jornalista devia explicar exactamente o que aconteceu. Só o facto de o verbo modal não constar na frase muda tudo, o significado e a forma.

Para terminar esta parte, passamos a citar um outro exemplo de uma frase em que se utiliza o verbo modal, que não era necessário, tornando a frase subjectivo, o que não é a finalidade do jornalista.

1. O Primeiro-Ministro não quis assinar o acordo:

Nesse exemplo, encontramos o verbo modal *quis*, que podia perfeitamente não ser colocado. Como sendo um verbo modal muda o significado da frase e logo leva à não objectividade do trabalho.

A frase podia ficar assim: *O Primeiro-Ministro não assinou o acordo*, depois fazer uma descrição do que aconteceu e irá caber ao público ouvinte, leitor ou telespectador tirar a sua conclusão.

1.7. As Normas na Objectividade Jornalística

O ponto de partida e de chegada da deontologia jornalística é o tratamento da informação respeitando a verdade, a objectividade. Os valores da verdade, da objectividade e da exactidão constituem uma parte do núcleo central da deontologia jornalística a que respeita aos princípios gerais da ética profissional (a verdade e objectividade ao serviço do bem comum ou do interesse público).

Os códigos deontológicos variam conforme as realidades sociais, de país para país. Apesar do vasto conteúdo dos códigos deontológicos, só os deveres de verdade, objectividade, exactidão e de distinção entre informação e opinião se podem hoje, considerar princípios comuns geralmente aceites nos países democráticos ou até não.

A questão prática da verdade e objectividade da informação não podendo deixar de partir do princípio teórico da influência da subjectividade do jornalista na observação e na transmissão dos factos, o que permite situar, neste domínio, os deveres deontológicos do profissional de informação no seu território próprio: o da honestidade e da boa fé.

Os jornalistas devem relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade, devem rejeitar o sensacionalismo. A distinção entre notícia e opinião, à censura, à acusação sem provas, ao plágio e à manipulação são alguns dos pontos que podemos encontrar nos códigos deontológicos de Cabo Verde e noutros países.

A objectividade primeiramente era regra na deontologia jornalística anglo-saxónica e depois expandiu-se por vários outros países tanto da Europa como dos outros continentes.

O Código de Conduta da Inglaterra determina que o jornalista deve lutar para garantir que a informação que transmite seja justa e exacta, evitar exprimir comentários e conjecturas como se de factos verídicos se tratasse, assim como falsificar por deformação, selecção ou inexactidão.

Justeza, exactidão, seriedade são conceitos associados aos de verdade e objectividade na deontologia. No âmbito jurídico, os jornalistas devem exercer a actividade com respeito pela

ética profissional, informando com rigor e isenção, abster-se de formular acusações sem provas, não falsificar ou encenar situações com intuito de abusar da boa-fé do público.

Os meios de comunicação social servem para informar os seus leitores, ouvintes e telespectadores, podendo constituir, subsidiariamente, uma fonte de distração e entretenimento.

Se a função dos meios de comunicação social é informar o público, tal significa, em primeiro lugar, que o mais importante nos meios de comunicação social, a única mais importante, é a sua notícia. Não são, pois, o jornalista, as emoções dos jornalistas, os perigos que correram e nem as batalhas que travaram, ou seja, o jornalista não é notícia e, tendo em conta os códigos deontológicos, esse profissional de meios de comunicação social fará um trabalho objectivo e honesto.

1.7.1. Código Deontológico em Prol da Objectividade Jornalística

A Ética Jornalística é o conjunto de normas e procedimentos éticos que regem a actividade do jornalismo. Ela se refere à conduta desejável esperada do profissional. E estas normas são consolidadas em códigos de ética que variam de acordo com cada país.

A deontologia jornalística é aceite por esses profissionais de comunicação social como teoria dos deveres profissionais, que estão explícitas nos estatutos editoriais, livro de estilo e códigos deontológicos.

A deontologia funciona enquanto fonte de legitimação do jornalista no interior da própria profissão, visto que “ os princípios deontológicos são um dos pontos de referência que permitem a avaliação da conduta do jornalista pelos seus pares” (Mesquita, 2004: 229)(30).

Quando se quer avaliar os jornalistas pelos trabalhos que fazem, o primeiro elemento a ter em conta é a deontologia, ou seja, os princípios deontológicos que em princípio os jornalistas devem seguir.

Normalmente, eles são avaliados e criticados tanto pela negativa como pela positiva, pelos seus colegas quando realizam algum trabalho e, se se segue ou não os princípios deontológicos é muito importante.

(30) O quarto equivoco: o papel dos media na sociedade contemporânea

A questão da imparcialidade é também central nas discussões sobre ética jornalística. É difícil distinguir textos jornalísticos objectivos do chamado jornalismo opinativo. Jornalistas podem, intencionalmente ou não, cair como vítimas de propaganda ou desinformação. Mesmo sem cometer fraude deliberada, jornalistas podem dar um recorte ofuscado dos fatos sendo selectivos no apuramento e na redacção, focando em determinados aspectos em detrimento de outros, ou dando explicações *parciais*, tanto no sentido de incompletas quanto de tendenciosas. Isto é especialmente efectivo no Jornalismo Internacional, já que as fontes do apuramento estão mais distantes para serem observadas.

Nas produções jornalísticas, os jornalistas encontram constrangimentos de vários níveis, como de tempo, espaço, condicionalismo económico e político, o que faz com que essas produções apresentem algumas fragilidades.

Tendo em conta esses constrangimentos, a objectividade jornalística tem sido posta em causa, por isso, existem os códigos deontológicos como forma de obter a objectividade desejada, visto que, quem vai ter acesso às notícias, o público, parte do princípio que nas notícias os jornalistas devem relatar os factos tal como eles se verificam.

A deontologia surge, como resposta à expectativa da objectividade, cultivado pelo público leitor, ouvinte e telespectador.

Segundo Mesquita (2004: 240)(31), “a actividade dos jornalistas permanece subordinada a um conjunto de regras provenientes de três áreas:

- O plano jurídico;
- O campo da deontologia
- As regras definidas pela empresa mediática.”

As normas deontológicas coincidem muitas vezes com as normas jurídicas. Como sublinha Daniel Cornu (1994, página 82), a deontologia pretende “preceder o direito, se é permitido dizê-lo, ‘cronologicamente’ permitindo ao jornalista regular a sua actividade por antecipação às normas legais”, constituindo, nesse caso, “um acto de liberdade, através do qual o jornalista se permite ou proíbe determinadas práticas.”

Ou seja, quando um jornalista realiza o seu trabalho baseado nas normas deontológicas, não irá ser ‘julgado’ pelo trabalho errado que fez. O jornalista sabendo do que acontece, faz uma antecipação. Isso, no entender, é o que faz um trabalho ser objectivo.

(31) Ibidem

Podemos considerar, de acordo com Daniel Cornu cite in Mário Mesquita (2004: 243), três patamares do dever deontológico:

- “- A dimensão técnica, correspondendo à aplicação de regras profissionais, que visa essencialmente os meios, as vias e os processos;
- A dimensão pragmática, que põe em evidência os objectivos a atingir, definindo, por hipótese, o que é uma boa informação e quais são os elementos essenciais que a constituem;
- A dimensão ética, que se integra num nível de questionamento superior, pressupondo que a informação se subordina a valores, que funcionam, simultaneamente, como «instâncias normativas e instâncias críticas.»

Seguindo essas três dimensões que se pode encontrar na deontologia dos jornalistas, nós concordamos com o autor que é possível alcançar a objectividade nos trabalhos jornalísticos, de modo que esses profissionais de comunicação social conseguem o que realmente desejam: a objectividade.

Um princípio comum no jornalismo é o da objectividade, que observa que o texto deve ser orientado pelas informações objectivas, não subjectivas, ou seja, descrevendo características do objecto da notícia, e não impressões ou comentários do sujeito que o observa (no caso, quem redige a notícia ou a reportagem). Por exemplo, o texto jornalístico pode conter grandezas (altura, largura, peso, volume, temperatura etc.), propriedades materiais (forma, cor, textura etc.) e descrição de acções, mas não adjetivos e advérbios opinativos (bom, ruim, melhor, pior, infelizmente, etc.) e, para que tudo isso aconteça é necessário que o jornalista siga o código deontológico na elaboração dos seus trabalhos. Por isso, a seguir iremos apresentar como se manifesta a objectividade nos diferentes géneros jornalísticos.

1.8. Géneros Jornalísticos

É uma definição aceite por todos que o jornalismo é uma actividade profissional que consiste em lidar com notícias, dados factuais e divulgação de informações. Também define-se o Jornalismo como a prática de colectar, redigir, editar e publicar informações sobre eventos actuais.

O produto da actividade jornalística é geralmente materializado em textos, que recebem diferentes terminologias de acordo com sua natureza e objectivos. Uma matéria é o nome genérico de textos informativos resultantes de apuramento, incluindo notícias, reportagens e

entrevistas. Um artigo é um texto opinativo, não necessariamente sobre notícias, e nem necessariamente escrito por um jornalista.

De acordo com José Rodrigues dos Santos (2002: 9)(32), “... talvez a melhor escrita jornalística seja aquela que resultam dum testemunho directo dos acontecimentos históricos, não é elaborada com um repórter a pensar que está a escrever o primeiro rascunho da História , mas simplesmente a reproduzir o que viu, o que ouviu, o que soube e o que sentiu”. Ou seja, o jornalista só consegue alcançar a objectividade nos trabalhos se relatar simplesmente aquilo que testemunhou e, por isso, o melhor é presenciar o que vai escrever, não ouvir através de terceiros.

E continua o mesmo autor (2002: 13)(33), “os textos históricos e jornalísticos convencionais, pela forma como são elaborados criam uma ilusão de objectividade, embora sejam tão subjectivos como qualquer outro... de facto, o que se passa é que esses textos escondem a sua natureza estruturante da realidade por detrás de técnicas de objectividade”

Os jornalistas geralmente seguem uma técnica para hierarquizar as informações, apresentando-as no texto em ordem decrescente de importância. Esta técnica tem o nome de pirâmide invertida, pois a "base" (lado mais largo, mais importante) fica para cima (início do texto) e o "vértice" (lado mais fino, menos relevante) fica para baixo (fim do texto). O primeiro parágrafo, que deve conter as principais informações da matéria, chama-se "lead". O texto é geralmente subdividido em "capítulos" agrupados por tema, chamados matérias coordenadas.

O conjunto de técnicas e procedimentos específicos para a actividade de redacção jornalística é chamado de técnica de redacção.

As matérias apresentam, quase sempre, relatos de pessoas envolvidas no facto, que servem para tanto validar (por terceiros) as afirmativas do meio de comunicação social (técnica chamada de documentação) quanto para provocar no público a identificação com um personagem (empatia). No jargão jornalístico, os depoimentos destas personagens chamam-se *aspas*.

Apesar de as matérias serem geralmente escritas em estilo sucinto e objectivo, devem ser revistas antes de serem publicadas. O profissional que exerce a função de revisão, hoje figura rara nas redacções, é chamado de revisor ou copy-desk.

(32) Crónicas de guerra – da Crimeia a Dachau

(33) Ibidem

Os jornalistas, nos seus textos levam em conta esses quatro factores, mas também seguem as regras e normas que fazem com que esse texto tenha objectividade. Algumas dessas regras foram mencionadas anteriormente, como a forma de utilizar a linguagem, a deontologia, entre outras. Um outro texto jornalístico – não menos importante é a reportagem. A actividade primária do Jornalismo é a observação e descrição de eventos e/ou acontecimentos, conhecida como reportagem, indicando os parâmetros jornalísticos conhecido em inglês como "os cinco Ws e um H":

- "O quê" (*What*) – o facto ocorrido;
- "Quem" (*Who*) – o personagem envolvido;
- "Onde" (*Where*) – o local do facto;
- "Quando" (*When*) – o momento do facto;
- "Por quê" (*Why*) – a causa do facto;
- "Como" (*How*) – o modo como o facto ocorreu.

O trabalho jornalístico consiste em captação e tratamento escrito, oral ou visual, da informação em qualquer uma de suas formas e variedades. O trabalho é normalmente dividido em quatro etapas distintas, cada qual com suas funções e particularidades:

- A pauta é a selecção dos assuntos que serão abordados. É a etapa de escolha sobre indícios ou sugestões que devem ser considerados para a publicação final.
- O apuramento é o processo de averiguar informação em estado bruto (dados, nomes, números etc.). O apuramento é feita com documentos e pessoas que fornecem informações, chamadas de fontes. A interacção de jornalistas com suas fontes envolve frequentemente questões de confidencialidade.
- A redacção é o tratamento das informações apuradas em forma de texto verbal. Pode resultar num texto para jornais, rádio, ou televisão.
- A edição é a finalização do material redigido em produto de comunicação, hierarquizando e coordenando o conteúdo de informações na forma final em que será apresentado.

Os jornalistas seguem esses passos porque são imprescindíveis para um texto jornalístico objectivo. Mas, existe um problema, que é o jornalismo on-line em que não existe limites, porque não seguem a estrutura de textos jornalísticos, e nós pensamos que é um pouco preocupante. Esse tipo de jornalismo é chamado de jornalismo Open Source ou jornalismo

de código aberto. De acordo com a pesquisadora Catarina Moura, da Universidade da Beira Interior (Portugal), no artigo “Trabalho do Jornalismo” (15-03-07), Jornalismo Open Source “implica, desde logo, permitir que várias pessoas (que não apenas os jornalistas) escrevam e, sem a castração da imparcialidade, dêem a sua opinião, impedindo assim a proliferação de um pensamento único, como o pode ser aquele difundido pela maioria dos jornais, cuja objectividade e imparcialidade são muitas vezes máscaras de um qualquer ponto de vista que serve interesses mais particulares que apenas o de informar com honestidade e isenção o público que os lê.”(34) .

A seguir passaremos a comentar a manifestação da objectividade nos diferentes géneros jornalísticos, ou melhor, nas notícias, nas entrevistas e reportagens.

1.8.1. Manifestação da Objectividade nas Notícias

Ao se falar de notícia, tem-se então uma informação e esta por sua vez, pode ser considerada como um facto recente de interesse público, também revelado pela mídia. Em se tratando de notícia, encontra-se os tais critérios de noticiabilidade, ou seja, ajuda como base de partida, a promover ou a ignorar um dado conhecimento. A novidade, a actualidade, a proximidade, a relevância social, são referidas como obrigatórias para a notícia.

A notícia é um formato de divulgação de um acontecimento por meios jornalísticos. É a matéria-prima do Jornalismo, normalmente reconhecida como algum dado ou evento socialmente relevante que merece publicação num meio de comunicação social. Factos políticos, sociais, económicos, culturais, naturais e outros podem ser notícia se afectarem indivíduos ou grupos significativos para um determinado meio de comunicação social.

Geralmente, a notícia tem conotação negativa, justamente por ser excepcional, anormal ou de grande impacto social, como acidentes, tragédias, guerras e golpes de estado. As notícias têm valor jornalístico apenas quando acabaram de acontecer, ou quando não foram noticiadas previamente por nenhum veículo de comunicação social.

A "arte" do Jornalismo é escolher os assuntos que mais interessam ao público e apresentá-los de modo atraente.

Quatro factores principais influenciam na qualidade e objectividade da notícia:

(34) Artigo disponível em <http://www.bocc.ubi.pt>

1. Novidade: a notícia deve conter informações novas, e não repetir as já conhecidas;
2. Proximidade: quanto mais próximo do leitor, ouvinte e telespectador for o local do evento e/ou acontecimento, mais interesse a notícia gera, porque implica mais directamente na vida do público;
3. Tamanho: tanto o que for muito grande quanto o que for muito pequeno atrai a atenção do público;
4. Relevância: notícia deve ser importante, ou, pelo menos, significativa. Acontecimentos banais, corriqueiros, geralmente não interessam ao público

A objectividade significa realismo e as notícias produzidas pelos jornalistas têm que ser reais. Há o mundo, há factos e acções que ocorrem nesse mundo, e é possível descrevê-los, inventariando o máximo de determinações possíveis de tais factos, alcançando assim a objectividade. A objectividade significa que, com todos os condicionalismos subjacentes à actividade de informar, é possível produzir informação que relata de forma rigorosa e isenta os acontecimentos que tem por base. A própria multiplicação das instâncias de selecção de notícias pode ser entendida não como condição restritiva mas como garantia dessa objectividade.

1.8.2. Manifestação da Objectividade na Entrevista

Entrevista significa em linguagem jornalística, encontro com alguma pessoa com a finalidade de interrogá-la sobre seus actos e ideias, e o conjunto das declarações com autorização implícita ou formal para publicá-las. O entrevistado é quase sempre pessoa de destaque, permanente ou circunstancial, e as perguntas não são todas respondidas com boa vontade e disposição, mas conseguidas com astúcia e tacto por parte do entrevistador. É, por isso, que a objectividade jornalística numa entrevista, pode ser alcançada ou não até pela escolha do entrevistado. Quando um entrevistado não chega a responder as perguntas colocadas pelo jornalista com boa vontade, pode até omitir factos importantes sobre o assunto em questão e, logo nota-se a subjectividade e não objectividade. Nesse sentido, entrevistar não é somente fazer uma pergunta, e esperar uma resposta e juntar a resposta a outra pergunta. É um exercício profissional que é ingrato e exige muito trabalho.

Quase sempre, quanto maior o interesse dum meio de comunicação social em consegui-la, menor o interesse do entrevistado em concedê-la, e vice-versa. E na medida em que cresce o interesse do meio de comunicação social crescem também os problemas do entrevistador.

A entrevista é o texto baseado fundamentalmente nas declarações de um indivíduo a um jornalista. Quando a edição do texto explicita as perguntas e as respostas, sequenciadas, chama-se de entrevista pingue-pongue e, a entrevista é referenciada como sendo a «bengala» do jornalista porque, eles utilizam a entrevista para tirar informações das suas fontes.

Os jornalistas entrevistam as suas fontes para obter destas, declarações que validem as informações apuradas ou que relatem situações vividas por personagens. Antes de ir para a rua, o jornalista recebe uma pauta que contém informações que o ajudará a construir a matéria. Além das informações, a pauta sugere o essencial a ser trabalhado assim como as fontes a serem entrevistadas. Antes da entrevista o jornalista costuma reunir o máximo de informações disponíveis sobre o assunto a ser abordado e sobre a pessoa que será entrevistada. Só assim ele consegue saber exactamente o que quer saber do entrevistado e fazer com que o mesmo dê respostas claras e objectivas.

Então, munido deste material, ele formula perguntas que levem o entrevistado a fornecer informações novas e relevantes. O jornalista também deve ser perspicaz para perceber se o entrevistado mente ou manipula dados nas suas respostas, facto que costuma acontecer principalmente com as fontes oficiais do tema em questão. E, quando a fonte fornece dados manipulando-os, o jornalista não alcança a objectividade no trabalho dele, por isso, ele tem que ser muito perspicaz.

Por exemplo, quando o repórter vai entrevistar o presidente de uma instituição pública sobre um determinado problema que está a afectar o fornecimento de serviços à população, ele tende a evitar as perguntas e a querer reverter a resposta para o que considera positivo na instituição. É importante que o repórter seja insistente. O entrevistador deve conquistar a confiança do entrevistado, mas não tentar dominá-lo, nem ser por ele dominado. Caso contrário, acabará induzindo as respostas ou perdendo a objectividade.

1.8.3. Manifestação da Objectividade na Reportagem

A reportagem é um género jornalístico baseado no testemunho directo dos factos e situações explicadas em palavras e, numa perspectiva actual, em histórias vividas por pessoas,

relacionadas com o seu contexto. A reportagem televisiva, testemunho de acções espontâneas, relata histórias em palavras, imagens e sons. O jornalista pode valer-se também de fontes secundárias (documentos, livros, almanaques, relatórios, recenseamentos, etc.) ou servir-se de material enviado por órgãos especializados em transformar factos em notícias (como as agências de notícias e as assessorias de imprensa).

A reportagem é considerada uma actividade primária do jornalismo que consiste na observação e descrição de eventos e responde as perguntas: quem (pessoa, entidade), o quê (facto, acontecimento), onde (lugar do acontecimento), quando (momento do acontecimento) e principalmente as perguntas porquê (causa) e como (a forma como decorreu o acontecimento), para que a partir dessas questões colocadas e respondidas, o público possa notar que é um trabalho com objectividade mas, não só o público como também o próprio jornalista.

A reportagem é uma notícia investigada e depois divulgada num meio de comunicação social e engloba a notícia, crónica e entrevista. Os temas das reportagens são fenómenos sociais que interessam a sociedade. Sendo que a reportagem engloba vários géneros jornalísticos, podemos afirmar que para além da objectividade, o jornalista deve primar pela honestidade.

Marcelo Batuíra Pedroso e Ricardo Almeida Ribeiro da Silva num texto com o título “Medo de processo faz jornalistas serem mais cautelosos” disponível no site⁽³⁵⁾, observam que “em todas as reportagens o que tem se verificado é que antes de divulgá-las, através de documentos, entrevistas, gravações, e outras provas obtidas, algumas por meio de fontes de informação, os jornalistas reúnem elementos suficientes para demonstrar a veracidade dos conteúdos divulgados.” Quando o jornalista faz tudo isso, com certeza a objectividade do trabalho não será contestada, sendo também uma das formas de alcançar a objectividade, reunindo elementos suficientes para o trabalho.

A reportagem é um dos géneros mais nobres em jornalismo. É na reportagem que se evidenciam os grandes jornalistas. No fundo, trata-se do “contar de uma história”, segundo um ângulo escolhido pelo jornalista que a investigou. Feita a investigação, o jornalista parte dos factos e constrói uma história integrando citações dos personagens que nela participam

(35) www.conjur.estadao.com.br

e/ou citações de documentos importantes para a validação e comprovação dos factos apresentados.

É uma das regras do jornalismo fazer citação nas reportagens (ou outros trabalhos) para que se possa ver quem disse, porque quando o jornalista não fizer isso, a reportagem é considerada sem credibilidade e subjectivo. Por isso, o jornalista tem que fazer as citações para que haja objectividade.

Jean-Luc Martin-Lagardette, (1994: 73)(36), classifica do seguinte modo a reportagem: “É um género muito apreciado por ser um testemunho directo encenado com arte. Anima-o, dá-lhe cores, relevo, humanidade. Exige tempo e disponibilidade pois é necessário ir ao terreno. Utiliza-se o mais frequentemente possível, nem que seja para dar vida a um acontecimento que, sem isso, permanece baço e impessoal”. Dessa observação, entende-se que o jornalista tem de se mexer, tem de ir ao local onde os factos ou acontecimentos decorrem e tem de captar o que lá se passa. “O repórter é um olho, um nariz e um ouvido inclinados sobre a caneta”, diz ainda Jean-Luc Martin-Lagardette. Por isso, na escrita, deve ser usado o estilo directo, a maior parte das vezes no tempo presente, havendo referência a episódios concretos, havendo imagens, pormenores e expressões. Tudo isto é contado de acordo com a subjectividade de quem conta. Porém, a narrativa terá de ser objectiva e verídica no que respeita aos factos e aos acontecimentos.

Uma boa e grande reportagem envolve investigação, selecção das melhores fontes, leitura de documentos, conversa com os diferentes protagonistas ou personagens envolvidos na história e exige que se capte o ambiente onde decorrem ou decorreram os acontecimentos. Tal como a entrevista, uma reportagem também deve ser preparada para poder ser objectivo. A objectividade exige um caminho a percorrer e esse caminho é a sua preparação. Quando se prepara uma reportagem, a objectividade estará sempre presente.

(36) Manual da escrita jornalística: escrevo-informo-convenço

CAPÍTULO II: DIFICULDADES EM ALCANÇAR A OBJECTIVIDADE JORNALÍSTICA

2.0. Considerações Prévias

A objectividade é considerada um paradigma ou um objectivo da actividade jornalística no discurso do sistema dos meios de comunicação social.

Fernando Cascais, (2001: 45)⁽³⁷⁾, considera a objectividade como um “conceito de difícil definição” e um ideal não atingível da actividade jornalística.

Situa a objectividade como “uma espécie de referência do jornalismo americano”, que se obtém pelo “distanciamento do repórter que ouve todas as partes e deixa ao público a conclusão”. A objectividade é, pois, negada pela subjectividade do jornalista que escreve e pela subjectividade do leitor, ouvinte ou telespectador que lê ou ouve.

A objectividade é utilizada, em alguns códigos ou estatutos editoriais, como sinónimo de pluralismo, de imparcialidade ou de clareza.

Não há ideia de como realizar a tarefa da objectividade, importa relevar a sua correspondência com um outro tópico ético, a verdade. Logo a verdade estabelece um relacionamento com os factos. E os factos são aquilo que os jornalistas relatam, e os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes atendíveis no caso, isto é, assegurando os diferentes pontos de vista.

Verifica-se que a objectividade está correlacionada com a verdade e que esta deve corresponder aos factos. Além disso, a objectividade integra a noção de pluralidade de pontos de vista e a destrição entre os factos e relato e a opinião sobre eles enunciada.

A matéria-prima a que o jornalista recorre são os factos, os quais devem ser relatados com rigor e exactidão, isto é, com precisão e veracidade.

Importa ainda enunciar que os factos podem ser adulterados, caso parte deles sejam suprimidos ou descontextualizados das condições em que ocorreram.

(37) Dicionário de jornalismo: as palavras dos média

2.1. Negociações com as Fontes

Define-se a notícia como uma construção social em torno de dois agentes. O primeiro é a fonte de informação, com interesses na promoção e divulgação de certos factos. O segundo interveniente é o jornalista, que noticia os acontecimentos e desvenda segredos das fontes. A relação entre jornalistas e fontes de informação é complexa, marcada por rotinas e interesses vários, apoiada num confronto mais ou menos difícil de gerir entre as esferas pública e privada.

Assim, notícia surge principalmente a partir da negociação entre jornalistas e fontes, e as fontes podem ser de várias formas, como pessoas individuais, organizações e a sociedade em geral. Ou seja, as fontes jornalísticas são pessoas, entidades e documentos que fornecem informações aos jornalistas, seja emitindo comentários e opiniões, verificando o rigor de dados obtidos ou aferindo a veracidade dos juízos de valor que lhes foram confiados.

De acordo com Joseph Stiglitz (2005: 59)(38), "Les journalistes ont tout intérêt à nouer de bonnes relations avec ceux qui leur réservent les plus exclusivement et le plus régulièrement la primeur d'informations confidentielles e qui pourront vraisemblance continuer longtemps à le faire." Em vários casos, as fontes concordam em fornecer estas informações desde que a sua identidade seja preservada incógnita pelo jornalista com quem conversa. Nestas situações, o profissional (jornalista ou editor) tem o dever de mantê-la no anonimato e só pode revelá-la caso autorizado pela própria fonte.

Quando a fonte não concorda em aparecer mas fornece uma informação pela qual não está disposta a responder ou sustentar, ou não autoriza sua publicação, diz-se que a informação é dada *off the records* (fora de registro), ou simplesmente "em *off*". Algumas relações entre jornalistas e os assuntos de seus trabalhos chegam a ser promíscuas, principalmente quando as fontes e personagens oferecem benefícios materiais em troca de exposição nos meios de comunicação social, publicidade ou elogios. Na maior parte das vezes, porém, este tipo de coisas (que podemos designar de "suborno") ocorre implicitamente, para evitar que alguma das partes seja formalmente acusada. Uma maneira comum de oferecer esta troca é enviar presentes ao responsável pela matéria.

(38) Le droit d'informar – le rôle des médias dans le développement économique

Também é um problema ético quando determinadas assessorias de imprensa negociam com jornalistas dos veículos a inclusão na pauta de determinado assunto que seja de interesse da instituição ou do indivíduo que elas assessoram. Nos casos em que o assunto, por conta própria, não tenha valor noticioso suficiente para ser publicado, diz-se que de uma notícia ou reportagem nascida no ambiente externo à redacção, e não naturalmente, pelo «faro» dos repórteres.

Leon Sigal (1973)(39) enfatiza que os conteúdos das notícias dependem daquilo que as fontes dizem e do tipo de fontes consultadas (oficiais e não oficiais).

Já, Molotch e Lester (1974), para caracterizar as fontes que tentam transformar, por interesse, um facto num acontecimento público e/ou que tentam, por vezes simultaneamente, impedir que outros factos atinjam idêntico estatuto, destacam, por esta via, a intencionalidade como razão de ser do que a fonte divulga e do que não divulga, como sendo “promotores de notícias”. Um agente de relações públicas, ao organizar uma conferência de imprensa, funcionaria, assim, como um “promotor de notícias”.

No nosso entender, as fontes devem ser cultivadas. Em meios pequenos esta questão de «mistura» com as fontes é muito sensível porque o jornalista se vê compelido a recorrer muitas vezes às mesmas fontes, criando inadvertidamente relações de familiaridade que dificultam o seu trabalho.

2.2. Rotina de Trabalho

O factor tempo é algo que vem juntamente com a notícia e que ultrapassa o jornalista, criando alguns constrangimentos a estes na elaboração de uma notícia (principalmente). Muitas vezes, os jornalistas procuram ultrapassar o factor tempo para demonstrar a sua capacidade profissional, fazendo com que saia uma notícia chamada «quente», trabalhando apenas como os meios disponíveis no momento.

Por exemplo, um jornalista da Televisão de Cabo Verde pode ir fazer a cobertura de um acontecimento às 19 horas. O normal nesse meio de comunicação social é a notícia sair no

(39) cite in Jorge Pedro Sousa, 1999

dia seguinte mas, o jornalista querendo demonstrar a sua capacidade, irá fazer de tudo para que a notícia saia no mesmo dia.

O factor tempo, consequentemente, estabelece o conceito de actualidade. E, atingindo igualmente o de selecção das notícias, ou seja, as informações mais recentes teriam, assim, mais hipóteses de sair em primeiro lugar. Se se quer que uma notícia saia hoje no noticiário e o jornalista não tiver todas as informações necessárias sobre o «caso», a notícia será terminada sem se ter todos os dados, portanto, seria uma notícia incompleta.

2.3. Pressão Versus Objectividade

No jornalismo, assim como em muitas outras profissões existem pressões. Pressões essas que aparecem de várias maneiras e, principalmente por parte das chefias. Em qualquer meio de comunicação social há sempre a preocupação de dar a notícia em primeira-mão. Sendo que quem procura os dados para a elaboração de uma notícia é o jornalista, este sente-se pressionado para entregar a notícia na hora estipulada.

Edward S. Herman e Noam Chomsky, disseram que(40):

Perhaps more important, powerful sources regularly take advantage of media routines and dependency to manage the media, to manipulate then info following a special agenda and framework...part of this management process consist of inundating the media with stories, which serve sometime to foist a particular line and frame on the media and at other time to help chase unwanted stories off the front page or out of the media altogether.

A manipulação dos media é uma das formas de pressão o que vai implicar directamente no alcance da objectividade. Quando um jornalista é pressionado através da manipulação para colocar na primeira página uma certa notícia, por exemplo, e se essa notícia não merecer sair na primeira página, não entra a objectividade no trabalho ou no órgão de comunicação social.

Como se verifica, existe a necessidade de ouvir as fontes e de confrontar as informações dadas pelas mesmas. Quando o jornalista é pressionado para entregar uma notícia sobre um acontecimento que teve lugar agora, neste momento (com o objectivo de alcançar maior audiência, esses profissionais correm o risco de não alcançar a objectividade porque não

(40) Manufacturing consent: the political economy of mass media, 1994: 23

tiveram tempo de ter a informação, através de fontes chamadas credíveis, por exemplo. O jornalista não sofre pressão só por parte dos seus chefes. Também da parte externa da empresa de comunicação social onde trabalha.

Por exemplo, os jornalistas recebem telefonemas de pessoas ameaçando-os de várias formas, por causa de uma informação que eles receberam e que podem noticiar. Em Cabo Verde, ainda não aconteceu algo do tipo mas, noutros países, como os da Europa, os jornalistas sofrem pressões desse tipo, fazendo com que fiquem com medo de fazer o trabalho correctamente, logo, sem o alcance da objectividade.

Acontecem frequentemente (principalmente no Médio Oriente), casos de jornalistas sequestrados no exercício do seu trabalho, chegando até ao assassinato. Para esses jornalistas e também para outros é um risco que eles correm. Por isso, muitas vezes não são divulgadas todas as informações conseguidas.

Numa entrevista com o título “Jornalismo: da moda ao negócio” ao José Manuel Barata-Feyo, chefe de redacção do Centro de Emissão da RTP em Castelo Branco⁽⁴¹⁾ foi-lhe questionado se sentiu pressões desde que começou a trabalhar como jornalista e, ele respondeu que:

Sempre houve pressões. É claro que as pressões de hoje são muito diferentes das efectuadas quando eu comecei a trabalhar. São menos primárias. Em 1978, quando eu era correspondente em Paris, as pressões eram tão primárias, como primária era a democracia no nosso País. Havia políticos que entendiam que deveriam ter um controlo absoluto de tudo o que era dito, e que lhes bastaria apropriarem-se de todo o aparelho que estava estatizado na altura (televisão, rádios e jornais) para manterem esse mesmo poder. Ou seja sabiam pouco de ciências políticas, embora ainda hoje não saibam muito, e partiam do princípio algo obtuso, na lógica se eu aparecer muitas vezes na televisão, os portugueses vão ouvir aquilo que eu digo, ficam convencidos e votam em mim. Só que sucessivas eleições provaram, que tendo todos eles caído nessa tentação totalitária de utilizarem os órgãos de comunicação estatizados da altura, nenhum conseguiu manter o poder e ganhar as eleições seguintes, por causa disso.

Claro que os tipos de pressões primárias tinham que ser esclarecidas. O mesmo autor dá a seguinte explicação:

Os meios de pressão eram mais brutais. Atacava-se o jornalista no plano pessoal, as perseguições eram de ordem política. Com o professor Cavaco Silva esse tipo de pressões mudou. E hoje não se fazem, como se fizeram até meados de 1980, isto é por processos disciplinares aos jornalistas por delito de opinião. Aquilo que se verifica é uma pressão mais subtil, mais sofisticada, mais moderna e europeia, que

(41) Revista Ensino Magazine, Ano III, nº 23, Janeiro de 2000

se traduz numa constante e permanente ameaça ou promessa de reestruturação da empresa, onde os bem comportados são contemplados com outras benesses e os mal comportados (aqueles que continuam a ter uma posição de independência) são penalizados.

Então, o que podemos verificar é que existem pelo menos duas formas de pressões que fazem com que os jornalistas não publicam tudo sobre um acontecimento (levando com que o trabalho não seja objectivo): primeiro as pressões internas – por parte dos próprios chefes – que pressionam os jornalistas para entregarem a notícia mesmo sem ter todas as informações, e segundo de parte externa, que fazem com que os jornalistas muitas vezes sentem medo – levando à subjectividade «obrigatório» no trabalho.

2.4. A Figura de Ombudsman nos Meios de Comunicação Social

O ombudsman surgiu na Suécia, no início do século XIX, numa reacção do cidadão frente ao poder do Estado. A missão do ombudsman sueco era de exercer o controle da administração, ou seja, cabia a ele fiscalizar a observação do cumprimento das leis pelos tribunais. A Suécia modernizou a instituição do ombudsman a partir de 1990. Foram criados outros tipos de ombudsman: de assuntos militares, de administração civil, dos consumidores, da liberdade económica e, mais tarde da imprensa ou meios de comunicação social.

Tal como referimos no outro trabalho académico nosso (2005: 37)(42), muitas vezes os leitores, ouvintes ou telespectadores têm razões de queixas ou dúvidas sobre o que acontece num meio de comunicação social. O ombudsman surge para tentar responder estas questões e/ou situações. Ele funciona de elo de ligação entre o meio de comunicação que representa e o público desse meio de comunicação social, ou seja, tenta aproximar o público do meio de comunicação social que representa sem que haja nenhum mal entendido.

O trabalho de ombudsman é de ouvir as queixas do público e fazer com que o meio de comunicação social e/ou o próprio jornalista corrija o seu erro, porque ele tem a total liberdade de agir e dar sugestões de melhorias dentro do meio de comunicação social. Essas queixas podem ser sobre os títulos das notícias, sobre o rigor, a exactidão, sobre as fotografias ou imagens divulgadas, sobre os factos expostos, etc.

(42) Formas de contacto entre a RCV e o seu público, Dulceneia de Pina (monografia bagarel)

Agora perguntamos: e se um meio de comunicação social não tiver um ombudsman? Como é que os jornalistas receberão as críticas de quem tem acesso e reconhece *falhas* nos seus trabalhos para poderem ser *obrigados* a melhorarem da próxima vez? Nós respondemos: ninguém. E quando não existe ninguém, a subjectividade estará sempre presente e a objectividade ausente nos trabalhos jornalísticos. A presença do ombudsman num órgão de comunicação social é importante para o alcance da objectividade jornalística, tendo em conta os papéis que desempenham dentro da empresa.

2.5. Tendências Modernas de Jornalismo

Nos dias de hoje, assistimos à muitas formas de fazer o jornalismo. Formas essas que não estão ‘erradas’ mas, que apresentam características diferentes das chamadas ‘jornalismo tradicional. Entre elas estão a interactividade, o jornalismo especializado e o jornalismo local (proximidade). Podemos observar a interactividade na rádio, na televisão, na Internet mas, é este último de que mais se faz a referência.

Nas próximas páginas iremos fazer referência à essas três formas de fazer jornalismo e as suas relações com a objectividade.

2.5.1. A Interactividade no Meio Jornalístico

Refere-se à interactividade quando existem duas partes em que desenvolvem uma actividade mútua e ambos com o mesmo objectivo (ou não). É uma interacção com outras pessoas e com conteúdos na Internet. Os novos meios de comunicação social (computador – Internet) fazem com que as pessoas participem em acções em que estão presentes várias outras pessoas. A interactividade significa que o utilizador tenha a possibilidade de fazer a sua própria leitura do conteúdo disponível na Internet como, abrir e fechar janelas, consultar menus, «pilotar» as sequências de imagem, som e texto através do *rato*, ou seja, permite ao utilizador explorar a informação de acordo com os seus interesses e necessidades.

De acordo com Fernando Cascais (2001: 115)(43), a interactividade é a “possibilidade tecnológica de inverter o tradicional e dominante sentido da comunicação, passando o receptor a comunicar com o receptor”, ou seja, a interactividade tem a ver com o *desvio* da

(43) Dicionário do jornalismo: as palavras dos media

forma como a comunicação surgiu, por uma outra forma em que o receptor da mensagem possa participar directamente (por exemplo, num program de televisão).

“A televisão digital permite ao telespectador seleccionar/comprar o programa que quer e quando o deseja, mas a Internet é o domínio em que a interactividade é parte da sua natureza”, por exemplo os chats fóruns de discussão). O jornalista publica um artigo na Internet em que os leitores podem ler e dar a sua opinião. Essa é uma forma de os jornalistas verificarem que o trabalho que elaboram é reconhecido. E esse reconhecimento pode ser tanto negativo como positivo. A partir das opiniões dos leitores, os jornalistas podem dar respostas (ou não) ou até escreverem outros artigos relacionados com o assunto a partir dessa interactividade. No nosso entender, muita interactividade cria perigo para a objectividade nos trabalhos desses profissionais de meios de comunicação social. O jornalista pode ser pressionado pelo público a dizer o que não quer e, muitas vezes não é o que se deve dizer. E, quando acontece isso, a objectividade estará ausente.

Em Cabo Verde, a partir do início do ano 2000 já apareceram vários jornais on-line em que podemos mesmo fazer a análise da interactividade entre o público e os (jornais) ou os próprios jornalistas (mas isso pode ser tema para próximo trabalho).

Várias televisões utilizam o sistema de *polling*, que é um procedimento frequente na televisão Al Jazeera e uma forma de interactividade entre este meio de comunicação e o seu público, como encontramos explicado (Zayani, 2005)(44):

Recently, the introduction of online polling to evaluate audience views of both sides of the debate seems to have contributed to the process of rising tensions. The program host constantly reminds the contestants of their share of votes as if to prompt them to make more effort to improve their standing viewers through more tense exchanges... For the host of the program, polling ensured a threefold achievement: it heightened the tension between the two guests, it guaranteed ‘the show aspect’ of the program, and exalted the kind of debate held as capable of swaying public opinion.

Ou seja, o voto nos programas é uma forma de interactividade de um meio de comunicação social com o seu público. Pode ser que, o público ‘ajude’ os jornalistas a elaborarem um trabalho com maior objectividade possível, através das opiniões e participação nos programas e com votos em directo, como acontece nesta televisão.

(44) The Al Jazeera phenomenon – critical perspectives on new Arab Media

Mas, como já referimos anteriormente, a interactividade está patente em todos os meios de comunicação. Nas televisões e nas rádios, os telespectadores e/ou ouvintes tanto podem telefonar ou participar com votos em directo a partir da Internet. No jornalismo on-line o jornalista pode saber o tempo que o leitor passou com o site aberto e o que leu em quanto tempo.

Podemos concluir que, os trabalhos jornalísticos podem e estão a ter maior objectividade, justamente por causa desta interactividade do público e dos jornalistas. Há uma forma de cobrança em relação ao (im) cumprimento dos fundamentos do jornalismo: observação, entrevista, pesquisa, documentação e verificação. É uma tendência que só vem para melhorar e como já referimos, ajudar os jornalistas no alcance da objectividade.

2.5.2. Especialização no Jornalismo

Nas diferentes profissões existentes no mercado, encontramos especialização para várias áreas dentro de cada uma delas. Também, no jornalismo (como não poderia deixar de ser), iremos deparar com o jornalismo especializado em diferentes áreas. Por isso, é que o jornalismo engloba todos os campos sociais porque, essa profissão aborda todas as áreas. Jornalismo desportivo, jornalismo cultural, jornalismo musical, jornalismo ambiental, entre outros, fazem parte deste campo profissional.

Desde revista, passando pela rádio, indo à televisão e chegando à Internet (sites de diferentes áreas – de um jornal, de uma revista, etc.), descobrimos jornalismo especializado, que é denominado também pelo jornalismo de investigação, justamente pelo facto de esse tipo de jornalismo trabalhar numa área especificada e com maior tempo de investigação. Um outro motivo que faz com que seja denominado pelo jornalismo de investigação é porque os profissionais de comunicação social dedicam o tempo só numa área e têm mais conhecimento sobre a matéria.

Existem duas formas de especialização nos meios de comunicação social. A especialização temática por áreas, para o público em geral, sobre diferentes assuntos (desporto, cultura, política), ou para profissionais de uma determinada área – de economia, de medicina, de ensino. E ainda, a especialização do meio de comunicação social (rádio, televisão, revista).

Então vejamos. Se o jornalista já tem um conhecimento prévio do assunto e dedica mais tempo (na maioria das vezes) a elaborar o trabalho (reportagem quase sempre), o mínimo

que se pode esperar é a objectividade, ou seja, um trabalho objectivo. Então, uma das formas de alcançar a objectividade é ter tempo e conhecimento do assunto.

Mas, por outro lado, podemos deparar com meios de comunicação social especializados onde não existem dificuldades em alcançar a objectividade. Numa recente sondagem feita pela revista *PLONGÉE Océans* aos leitores sobre a mesma revista especializada ficou constatada que há falta de objectividade por parte da revista (mars-avril 2007: 5)(45):

“Ces reportages de voyages ne sont qu’une vitrine de pub pour les voyagistes qui paient le billet aux journalistes, reçus comme des nababs dans les centres. La donne n’est pas la même pour le plongeur lambda... les essais matériels sont pipés, et les critiques inexistantes. Nous voulons de la vraie info, avec du sens critique, pas des articles creux pour faire plaisir aux annonceurs”.

E mais, “Pour les plus durs d’entre vous, que l’on vous donne une fausse image de la plongée, votre plongée, avec des visuels de couverture exhibant une jolie sirène évoluant en bikini, ou pire encore, en shorty estampillé du logo d’un fabricant.”

Não faltou dizer mais nada sobre os trabalhos que são feitos pela referida revista. Critica tanto os textos como as fotografias, referindo que nas fotos são sempre exibidas marcas do fabricante como forma de publicidade. É uma crítica bem formulada porque, a revista mesmo sendo especializado (e podem ter muitos patrocinadores), não devia mostrar publicidade tão clara – através dos logos, ou seja, não devia confundir a publicidade com a informação.

Se começarmos a analisar a revista que é especializada em desportos aquáticos, notamos desde do início (capa), que quem disse o que disse tinha razão. Há muita publicidade e, concordamos com a crítica porque a deontologia não faz referência a tal. É como se pagassem ao jornalista o bilhete do avião para a viagem, a estadia e tudo o resto para que depois fizessem um trabalho com falta de objectividade e que o que faz mais é persuadir, um critério que o jornalista devia esquecer.

Mas, depois destas críticas, o editor da referida revista, Pierre Camus, defende que eles seleccionam só *coisas* boas (lugares, praias), para as suas reportagens, e conclui que “notre

(45) Revista Plongée Océans

magazine et notre site Internet vont évoluer, sous peu.” Ou seja, que a sua revista e o site na Internet vão melhorar.

Podemos concluir que o jornalismo especializado ou de investigação tanto pode ter objectividade – porque têm as condições necessárias – como não alcançar a objectividade por diferentes motivos – como o exemplo que acabamos de analisar.

2.5.3. Jornalismo de Proximidade/Local

O jornalismo de proximidade procura dar relevo informativo às comunidades locais. Os meios de comunicação social regional são os que mais estão identificados com esta tendência, ou seja, dar importância ao local. Um jornal nacional, uma rádio ou televisão podem também cobrir informação de proximidade com os habitantes de uma zona ou de uma cidade ou concelho do país, dando relevo aos acontecimentos ou problemas que interessam mais directamente a esses cidadãos.

Ainda por cima num tempo em que surgem novas formas de colaboração dos cidadãos com os media geradas pela facilidade de fotografar, de filmar em vídeo, de gravar em áudio ou de comunicar por escrito com os media tradicionais. Essa proximidade implica mais as comunidades, mas precisa de manter o rigor na escrita, a vigilância sobre as normas éticas e deontológicas e, ainda, o rigor na descrição da geografia física e humana dos locais objecto de notícia para poder alcançar a objectividade que todos os jornalistas desejam.

A proximidade é um dos condicionantes ao alcance da objectividade jornalística. A questão da objectividade refere-se à forma como no jornalismo e/ou o jornalista elabora e divulga o trabalho. E, quando se vive num meio pequeno, em que as pessoas se conhecem, e a proximidade é grande, os profissionais dos meios de comunicação social sentem algumas dificuldades na pesquisa e redacção do trabalho. Os jornalistas têm que saber relacionar com as fontes, na divulgação dos factos, na referência noticiosa aos envolvidos nos acontecimentos nos meios pequenos.

Mas nem só da negatividade vive o jornalismo de proximidade. Também tem o seu lado positivo e esse tipo de jornalismo pode ainda ser referida como o jornalismo que dedica à

cobertura de factos e eventos no contexto local. Normalmente, considera-se que estes assuntos não seriam de interesse para públicos de outras localidades, ou tampouco num nível nacional ou internacional.

Os assuntos que dominam o jornalismo local são os eventos, acidentes, crimes, fatalidades, festas cívicas, problemas ambientais de âmbito local etc., as instituições que geram produtos e factos como, câmara municipal, empresas e entidades municipais e regionais, as políticas públicas, problemas de infra-estrutura, trânsito, saneamento, saúde, educação e o dia-a-dia da localidade.

As fontes de jornalismo local são divididas entre protagonistas (personagens dos eventos e factos locais), autoridades (presidente da câmara, vereadores, secretários, directores de órgãos públicos, policiais), especialistas (educadores, sanitaristas) e usuários (outros habitantes, moradores, vizinhos).

Em Cabo Verde, ainda não podemos afirmar que existe um jornalismo de proximidade a 100%. Existem alguns meios de comunicação social que se dedicam à algum assunto em específico mas não totalmente. Algumas rádios dedicam-se à assuntos da sua localidade, como, as rádios comunitárias – mas mesmo sendo comunitárias, fogem um pouco do seu objectivo, que é ser local e de proximidade.

Num órgão de comunicação local, a informação é mais para servir a comunidade onde está situada. Aqui irá surgir a questão da objectividade. Se a informação divulgada é para servir a população, não há preocupação em alcançar a objectividade porque não é o objectivo primário.

No capítulo que estamos a trabalhar delineamos alguns pontos que podem dificultar o alcance da objectividade. No próximo capítulo iremos fazer referência à alguns relatórios sobre o estado do jornalismo em Cabo verde nos últimos anos.

CAPÍTULO III: ESTADO ACTUAL DO JORNALISMO EM CABO VERDE

3.0. Considerações Prévias

O Direito da Comunicação Social, na Constituição cabo-verdiana, encontra-se decretado entre os artigos 45º a 47º, onde há garantia à liberdade de expressão, de informação e de imprensa, como também, garante às pessoas individuais e colectivas, a liberdade de fundação de jornais e outras espécies de publicações, independentemente de quaisquer autorizações administrativas. No entanto, a Constituição entende que a criação de estações, quer radiofónicas, quer televisivas, fica sujeita a uma licença, que será conferida mediante concursos públicos, ao abrigo da lei.

Analisemos um estrato de uma notícia publicada no jornal A SEMANA on-line com o título “MpD e PAICV, na divergência, entendem que é preciso «regular» comunicação social”

(26 de Março de 2007):

Os deputados debateram hoje o «estado» da comunicação social. Uma iniciativa agendada com urgência a pedido do MPD, que acusou o governo de transformar o sector numa «máquina de propaganda». Em resposta, a situação procurou mostrar que nunca se teve melhor nível de liberdade de imprensa no país. No meio dos ataques e contra-ataques, os dois grupos deram a entender estar de acordo num ponto: a necessidade de se acabar com o Conselho da Comunicação da Social para, no seu lugar, surgir uma Entidade Reguladora.

Há sempre discussões sobre os meios de comunicação social e o jornalismo, independentemente dos relatórios. Mas esses relatórios são importantes tanto para os jornalistas como para outras entidades – individuais ou colectivas – que estão ligadas directa ou indirectamente ao trabalho jornalístico.

Antes de fazermos a análise dos relatórios sobre o panorama da comunicação em Cabo Verde, podemos antecipar explicando que o jornalismo no nosso país é de equilíbrio, ou melhor, o exercício do jornalismo em Cabo Verde é quase sempre segundo a deontologia (salvo algumas excepções) e de acordo com as condições existentes no país.

3.1. OS Relatórios da Freedom House

A Freedom House, nos três últimos anos (2004, 2005 e 2006), classificou Cabo Verde como um país onde a liberdade de expressão e de imprensa é total. No ano 2004, a Freedom House, deu a seguinte classificação:

Freedom of expression and of the press is guaranteed and generally respected in practice. No authorization is needed to publish newspapers and other publications. Broadcasts are largely state-controlled, but there is a growing independent press. There are six independent radio broadcasters and one state-run radio broadcaster, in addition to one state-run television station and two foreign-owned stations. Criticism of the government by state-run media is limited by self-censorship resulting from citizens' fear of demotion or dismissal. There is liberal access to the Internet.

No nosso país, para além do Estado ser proprietário de alguns meios de comunicação social, a liberdade é garantida de acordo com a deontologia. Com a existência das rádios e jornais privados essa liberdade é ainda constatada de uma forma mais intensa.

Para ano 2005, Cabo Verde recebeu esta classificação, conforme relata o documento *Country Report*(46):

Freedom of expression and of the press is guaranteed and generally respected in practice. No authorization is needed to publish newspapers and other publications. Broadcasts are largely state-controlled, but there is a growing independent press. There are six independent radio broadcasters and one state-run radio broadcaster, in addition to one state-run television station and two foreign-owned stations. Criticism of the government by state-run media is limited by self-censorship resulting from citizens' fear of demotion or dismissal. There is liberal access to the Internet.

E para 2006, foi a seguinte:

Freedom of expression and of the press is guaranteed and generally respected in practice. No authorization is needed to publish newspapers and other publications. There is a growing independent press, with six independent radio broadcasters and one state-run radio broadcaster, in addition to one state-run television station and two foreign-owned stations. Criticism of the government by state-run media is limited by self-censorship resulting from citizens' fear of demotion or dismissal. The Cape Verdean Association of Journalists said in May 2005 that press freedom was improving in the country and noted the proliferation of private radio stations. However, the organization said journalists needed better training. Citizens enjoy liberal access to the internet.

De 2004 a 2006, os relatórios da Freedom House, classificando Cabo Verde foram como uma cópia um do outro. Mas, mesmo assim essa cópia refere ao nosso país como sendo um exemplo da liberdade de imprensa. Com meios de comunicação sociais privados, com o cumprimento da deontologia, e com o acesso a Internet, os jornalistas cabo-verdianos conseguem demonstrar a objectividade nos seus trabalhos, visto que têm as condições necessárias para tal.

Mas, A Freedom House, considerou Cabo Verde como um dos países lusófonos com total liberdade de imprensa, juntamente com São Tomé e Príncipe Portugal.

(46)www.freedomhouse.org

3.2. Os Relatórios dos Repórteres Sem Fronteira

O Repórteres Sem Fronteiras publica também cada ano um relatório sobre o estado da liberdade de imprensa no mundo e, Cabo Verde não fica excluído deste relatório (durante a pesquisa só encontramos o referente ao ano 2004 – nos outros anos o nosso país não teve uma apreciação dos Repórteres Sem Fronteiras nos seus relatórios anuais sobre o estado de comunicação social). Mas, podemos verificar que, no *Classement mondial de la liberté de la presse*(47), Cabo Verde em 2006 ocupou um lugar honrado com 11,50 pontos, (45 lugar) – na nossa constatação – em relação aos outros países da África e do Mundo inteiro. No ano 2004 esteve em 38ª posição.

Este documento, baseia-se em diversos pontos para avaliar a liberdade de imprensa real nos países, passando pelos ataques a jornalistas até às leis dificultando ou limitando essa liberdade. E, o de 2004 sobre Cabo Verde relata o seguinte (<http://www.rsf.org>):

Le gouvernement maintient la pression sur les médias d'Etat qui ne sont pas totalement libres de leurs propos. La presse privée, elle, ne rencontre aucun obstacle particulier.

Une seule véritable atteinte à la liberté de la presse a été recensée en 2003. Début août, José Carlos Semedo, journaliste à la *Radiotélévision cap-verdienne (RTC)*, ainsi qu'une réalisatrice et une monteuse ont été suspendus pour deux mois. Lors de l'émission "Club de la presse", deux invités avaient critiqué le gaspillage réalisé par la direction de la chaîne alors que la *RTC* manque cruellement de moyens et de matériel. Le "Club de la presse" a été retiré des programmes.

O relatório continua que, por outro lado, dois jornalistas foram convocados pela justiça no fim do ano 2004. Eles foram acusados de difamação.

Mas, continua a liberdade de expressão se expressa bem em Cabo Verde. Muitas rádios privadas foram criadas em 2003 e o jornal se desenvolveu mais para a diáspora cabo-verdiana.

O relatório explica que as pessoas de Cabo Verde dão conta cada vez mais da importância dos meios de comunicação social. Por isso, a Associação dos Jornalistas de Cabo Verde – AJOC – reuniu em Assembleia-geral pela primeira vez depois de cinco anos e o Governo anunciou em Setembro de 2004 que está a preparar uma nova lei para a comunicação. O texto será destinado a regulamentar o funcionamento dos meios de comunicação público.

Neste relatório, faz referência à alguns momentos marcantes vivido no seio de comunicação social, como a suspensão de um programa televisivo que foi retirado da programação e ainda, que foi levado ao tribunal.

(47)<http://www.rsf.org>

Fora isso, mais nada de negativo foi referido no relatório. Fala também da Associação dos Jornalistas que viria a ter o seu primeiro encontro depois de cinco anos e, das rádios privadas que começavam a crescer no país.

3.3. Os Relatórios do Departamento do Estado Americano

Sobre os relatórios do Departamento do Estado Americano, não encontramos disponíveis os dos anos de 2004 e 2005, somente o de 2006, que relata o seguinte sobre o estado do jornalismo e dos medias em Cabo Verde:

A lei preconiza a liberdade de expressão e de imprensa e o governo, em geral, respeitou estes direitos na prática. Continuou a haver denúncias de auto-censura dos média. Houve três jornais independentes e um pertencente ao estado; seis estações de rádio independentes e uma pertencente ao estado; e uma estação de televisão pertencente ao estado e duas estações estrangeiras.

Foram permitidas emissões estrangeiras. Os jornalistas estiveram fora do controlo do governo e não lhes foi exigido que revelassem as suas fontes; contudo, os jornalistas, particularmente os ligados aos média controlados pelo governo, praticaram a auto-censura. A lei exige um mecanismo formal de licenciamento para a comunicação social, incluindo uma autorização do governo para emitir; contudo, não houve relatos de terem sido recusadas ou revogadas licenças ou que o governo se tenha recusado a autorizar emissões durante o ano. Não houve restrições do governo quanto à Internet ou à liberdade académica.

Notamos que, de acordo com este relatório, Cabo Verde goza de uma total liberdade de imprensa e, logo os jornalistas também. Os jornalistas, mesmo alguns trabalhando para os órgãos do Governo, não sentiram pressão no exercício da profissão.

3.4. Análise do Estatuto Editorial

Qualquer meio de comunicação social tem o seu Estatuto Editorial. Um Estatuto Editorial consiste em divulgar a linha editorial que uma determinada empresa de comunicação social segue para trabalhar.

Nós escolhemos analisar os Estatutos Editoriais dos jornais *Expresso das Ilhas*, da extinta *Horizonte* e da *A Semana*. Este último, mesmo sabendo que a legislação em vigor estabelece a obrigatoriedade da divulgação do Estatuto Editorial no início de cada ano civil para informar o público do mesmo, não o faz.

3.4.1. Estatuto Editorial – Expresso Das Ilhas

O Estatuto Editorial desse jornal⁽⁴⁸⁾ principia (no ponto 1), “O *Expresso das Ilhas* é um jornal de informação, independente dos poderes político, económico, cuja linha editorial é orientada por critérios de rigor e seriedade, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política ou económica.” Nesse primeiro ponto, começa por informar aos leitores de que tipo é o semanário.

Continua, no terceiro ponto, “O *Expresso das Ilhas* defende um jornalismo de qualidade, com profundo sentido deontológico, baseado no rigor e na isenção, e recusa o sensacionalismo, a perseguição pessoal, o boato e a calúnia.” Aqui, o jornal expressa um jornalismo de carácter, e que segue o código deontológico com o objectivo de fazer um trabalho com objectividade, honestidade e, realça este ponto numa forma mais clara (no ponto 4), “O *Expresso das Ilhas* ... entende contribuir para o aprofundamento da democracia no País através da prática de um jornalismo exigente, crítico, objectivo e plural.”

Nas outras linhas do Estatuto Editorial do *Expresso das Ilhas* é expressa o que este jornal respeita, em relação à divulgação de informações variadas e do interesse do público, o pluralismo político e de ideias, a tolerância e a democracia. Prosseguindo nesta linha de análise (no ponto 9), “O *Expresso das Ilhas* estabelece como únicos limites à sua intervenção, aqueles que são impostos pela lei, pela deontologia jornalística, pela ética profissional, bem como pelo espaço privado dos cidadãos.” Ou seja, este jornal divulga as informações do interesse do público, sem ter limitações, a não ser que seja contra a deontologia dos jornalistas e a sua ética profissional.

Finalizando, no último ponto do Estatuto (ponto 10), refere que, “O *Expresso das Ilhas* fornece aos leitores, através das suas páginas internacionais, orientadas principalmente para assuntos relevantes da política e da economia internacional, elementos que permitirão um melhor conhecimento e compreensão do mundo, com vista à criação de uma sociedade cada vez mais aberta.” Não menos importante para esse jornal, as notícias internacionais fazem parte do seu trabalho, como dizem, com o objectivo de manter o público sempre informado em relação ao que se passa no mundo, principalmente sobre a economia e política.

(48) *Expresso das Ilhas*, 05 de Janeiro de 2004

Sobre a objectividade o Estatuto Editorial do Jornal Expresso das Ilhas frisa a palavra objectividade (ou melhor, a palavra objectivo), uma só vez. Em vez de fazer usa desta palavra, usa outras relacionadas como, *independente, pluralismo, rigor e isenção*.

3.4.2. Estatuto Editorial – Horizonte

O Estatuto Editorial do extinto jornal *Horizonte* começava por explicar de que tipo era o jornal, que atingia todo o território nacional e a diáspora. Este jornal, explicava no seu Estatuto Editorial, que promove a democracia e a cidadania.

Depois das considerações gerais, continua⁽⁴⁹⁾ “O *Horizonte* defende uma informação diversificada ao serviço do cidadão e do país, por forma a traduzir a sua pluralidade política, social e cultural”, (no ponto 4). Sendo um jornal independente em relação ao poder político e outros grupos de pressão, explica como é que demonstra esta independência que é através das informações variáveis.

No ponto 5 explica que “O *Horizonte* aposta numa informação isenta e objectiva, que abranja diversas áreas de actividades e corresponda aos interesses e às motivações dos cidadãos.” Quer dizer que, este jornal produz e divulga os trabalhos jornalísticos com objectividade, pelo facto de, “O *Horizonte* orienta-se por um jornalismo sério, criativo, pedagógico e de qualidade na sua permanente comunicação com os leitores,” conclui no ponto 6.

Ou seja, parte do princípio que a notícia tem que ser objectiva e que a opinião é livre (ponto 7) “opta por um jornalismo interpretativo e opinativo que contribua para a formação de uma opinião pública esclarecida e participativa.” Separa a opinião da notícia. Refere que para cada uma delas existem passos a seguir, que há lugar para a opinião neste jornal para que possa haver uma opinião pública clara.

Este jornal mesmo defendendo o princípio de liberdade de imprensa e recusar qualquer forma de censura, “reserva para si o direito de seleccionar as notícias e todos os materiais a serem publicados”, explica no ponto 9 do Estatuto Editorial. Isto é, por defender a liberdade de imprensa e punir a censura não deixava que ninguém (colectivo ou individual), lhe

⁽⁴⁹⁾Horizonte, sexta-feira, 7 de Janeiro de 2005

dissesse quais as informações que deviam ser publicadas e quais as que não deviam ser publicadas.

Para terminar o Estatuto Editorial, realça a importância das normas deontológicas, dizendo que (no ponto 12), “O *Horizonte* respeita todas as normas, éticas e deontologias do exercício da actividade jornalística, as leis nacionais, bem como os estatutos do jornalista, do próprio órgão e o seu Livro de Estilo.” Porque, um jornalista se quiser fazer um trabalho com objectividade tem que seguir as normas deontológicas e a ética do jornalismo.

Depois de ser analisado os Estatutos Editoriais dos dois – *Expresso das Ilhas* e *Horizonte* – podemos concluir que mesmo estando organizados de formas diferentes, seguem quase a mesma linha editorial. Há uns pontos que o *Expresso das Ilhas* faz referência – sobre as notícias internacionais – e que o *Horizonte* não faz mas, existem pontos em que o *Horizonte* faz referência – por exemplo, sobre a liberdade de imprensa e censura – que o *Expresso das Ilhas* não fala no seu Estatuto Editorial.

Podemos notar que o que acontece em relação à alguns pontos que analisamos do Estatuto Editorial, na prática não tem nada a ver com a realidade na leitura sistemática dos trabalhos publicados neste semanário, ou seja, não respeitam o Estatuto Editorial do jornal na realização dos trabalhos – mas esse não é assunto do nosso trabalho, por isso, não faremos esta análise.

Mas, se os profissionais desses jornais seguissem e/ou seguem a risca o que diz o Estatuto Editorial, não haveria nenhum problema em alcançar a objectividade.

3.5. Considerações Finais

O actual estado do jornalismo em Cabo Verde, como podemos concluir dos relatórios analisados e não só, é de liberdade de informação e liberdade no exercício da profissão – jornalismo. Mas, a nossa constatação, ainda não é o ideal. Mesmo sendo que em nenhuma parte do mundo podemos encontrar um jornalismo perfeito.

Temos mais órgãos de imprensa, o sector da Rádio foi liberalizado, existe concorrência e isto é benéfico. Nos próximos tempos a concorrência chegará ao sector televisivo e exigirá mais competência dos jornalistas.

Para termos uma ideia melhor do estado do jornalismo em Cabo Verde, é recomendável falar dos meios de comunicação social existentes no país, porque é aqui que está o cerne da questão. Em Cabo Verde existem dois jornais, sendo os dois privados – Expresso das Ilhas e A Semana – (há dois meses foi encerrado um que era do Estado), existem duas rádios do Estado – Rádio de Cabo Verde e Rádio Educativa, rádios privadas – Rádio Comercial, Crioula FM, Praia FM, Rádio Morabeza, Rádio Nova, Mosteiros FM – e comunitárias – Rádio Comunitária Voz de Ponta d’Água, Rádio Comunitária Voz de Santa Cruz, Rádio de Santo Antão – nos diferentes pontos do país. E, em termos de televisão, no momento só há a Televisão de Cabo Verde que emite em sinal aberto mas, foi concedida licença para mais quatro televisões para emissões em sinal aberto.

Num país pequeno como o nosso, tendo esses meios de comunicação, só podemos esperar concorrência (principalmente por parte da rádio, e daqui a pouco nas televisões) e, onde há concorrência, os trabalhos têm que ser feitos com maior rigor e objectividade, para puder ganhar cada vez mais público pelo bom trabalho que é produzido. E, em Cabo Verde há uma garantia de liberdade de imprensa que consiste em exercício da profissão sem censura prévia e os códigos deontológicos existentes expressam tudo isso.

No site (www.rsf.org), também notamos que os *Critères pour l’établissement du classement mondial 2006 de la liberté de la presse*, Cabo Verde fuge a algumas delas, por isso, tendo perdido pontos nesses critérios de selecção nomeadamente o do ponto 15 *Impunité généralisée pour les responsables de violations graves de la liberté de la presse (Oui/Non)*, ponto 19 *Difficultés pour accéder à l’information publique ou officielle (refus des autorités, sélection des informations données selon la ligne éditoriale du média, etc.) (Oui/Non)*, ponto 28 *Existence de médias d’informations indépendants ou d’opposition (Oui/Non)*, ponto 38 *Accès de l’opposition aux médias publics (Oui/Non)* e ponto 40 *Utilisation du boycott publicitaire (l’Etat cesse d’acheter de l’espace publicitaire dans certains journaux ou fait pression sur des entreprises privées pour boycotter des médias) (Oui/Non)*.

CAPÍTULO IV: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO JORNAL DA NOITE DA TELEVISÃO DE CABO VERDE – TCV

4.0. Considerações Prévias

Depois de termos analisado as normas e critérios da objectividade jornalística, de verificar as dificuldades que os profissionais dos meios de comunicação social têm para alcançar a objectividade nos trabalhos realizados e também de analisar o estado actual do jornalismo em Cabo Verde, vamos aqui tentar analisar se as notícias do Jornal da Noite da TCV têm objectividade através da continuidade, ênfase, linguagem imparcial, ouvir todas as partes, entre outros critérios.

4.1. Análise das Notícias

O Jornal da Noite de Televisão de Cabo Verde – TCV – é dividido em três partes, sendo, a primeira parte para as notícias do país, a segunda parte para as notícias internacionais e a terceira parte, para as notícias relacionadas com o desporto e entretenimento tanto a nível nacional como internacional. Mas, a nossa análise vai debruçar-se apenas nas notícias da primeira e terceira partes do Jornal referentes às notícias nacionais.

4.1.1. Jornal da Noite – 1 de Junho de 2007

No dia 1 de Junho as notícias dadas como destaque foram sobre o do Dia Internacional da Criança, sobre a visita do Embaixador da Argélia residente em Dacar ao nosso país e sobre a preparação da selecção nacional de futebol para o jogo com a Argélia para a qualificação para o CAN 2008.

Começamos por analisar não a notícia em si, mas a forma como o apresentador fez o lançamento da notícia sobre o Dia Internacional da Criança. *No Dia Internacional da Criança, centenas de crianças de jardins infantis da Praia coloriram a Avenida Cidade de Lisboa, numa marcha de convívio e sensibilização da sociedade quanto ao cumprimento do Direito da Criança.*

Se repararmos, esta frase repete a palavra criança três vezes: *Dia Internacional da Criança; centenas de crianças e cumprimento do Direito da Criança.* Na nossa constatação, a

primeira e a última dessa palavra podia ficar, não a segunda. Ou seja, a frase do lançamento da notícia ficaria assim: *No Dia Internacional da Criança, centenas delas de jardins infantis da Praia coloriram a Avenida Cidade de Lisboa, numa marcha de convívio e sensibilização da sociedade quanto ao cumprimento do Direito da Criança.*

Não estamos a afirmar que a frase do lançamento está errada, só que poderia ficar melhor porque a repetição das palavras numa frase sem necessidade não fica bem nem para quem vai ouvir, nem para quem o vai dizer, ainda mais se for a linguagem televisiva.

Na primeira notícia do Jornal da Noite da TCV do dia 1 de Junho seguiu-se as regras da elaboração duma notícia televisiva, principalmente e não só porque as imagens foram de acordos com a notícia, isto é, estavam em paralelo.

Sobre a comemoração do Dia Internacional da Criança, foi dada mais uma notícia, relacionada com a visita dos alunos de São Francisco – do concelho de São Domingos – à cidade da Praia. Para esta segunda como para a primeira notícia foram ouvidas todas as partes, o tempo para cada um dos intervenientes foi mais ou menos equitativo entre eles.

Ainda foram convidadas do Jornal da Noite duas crianças que receberam um tratamento especial do apresentador pela idade que tinham em relação aos outros convidados que são adultos.

Mais duas peças sobre o Dia Internacional da Criança na ilha de São Vicente foram passadas, todas contendo uma linguagem jornalística muito imparcial e com objectividade. Uma notícia sobre as festividades nas escolas e outra sobre as actividades que a Câmara Municipal de São Vicente vem realizando para a comemoração desse dia.

Também, da cidade de Assomada, duas notícias sobre o assunto em *destaque do dia*.

Referimos *destaque do dia* porque, foram dedicadas mais de 20 minutos às notícias sobre o Dia Internacional das Crianças. Não é que essas notícias não foram bem feitas. Só que são muitas bem feitas leva ao errado. Quando se passa muitas notícias num Jornal da Noite duma televisão sobre um assunto que nem é novidade para os telespectadores porque, o mesmo acontece todos os anos, já leva ao errado.

	- Marcha das crianças dos	- Crianças dos jardins
--	---------------------------	------------------------

Cidade da Praia	jardins infantis da cidade da Praia	infantis e EBI da localidade de São Francisco visitam cidade da Praia
Ilha de São Vicente	- Actividades realizadas em São Vicente pela ICCA e a Câmara Municipal de São Vicente em comemoração do Dia Internacional das Crianças	- Câmara de São Vicente dedica o mês de Junho às crianças com realização de actividades recreativas, palestras, debates, etc.
Cidade da Assomada	- O Hospital de Assomada e alguns jardins infantis da cidade, ganham novos equipamentos, oferta de ACRIDES.	- Marcha e outras actividades realizadas pelas crianças de Assomada para a comemoração do Dia Internacional das Crianças.

Quadro 1: Notícias do Jornal da Noite da TCV sobre o Dia Internacional da Criança no dia 1 de Junho de 2007

O quadro supra indicada especifica quantas notícias foram passadas sobre o assunto. No quadro a seguir apresentaremos o tempo dedicado as notícias para podermos ter uma ideia de como foram divididos os 22 minutos às notícias sobre o Dia Internacional das Crianças, tendo entre elas a conversa entre o apresentador e as duas crianças convidadas.

Local	Notícia	Tempo	Notícia	Tempo
Cidade da Praia	- Marcha das crianças dos jardins infantis da cidade da Praia	2'32''	- Crianças dos jardins infantis e EBI da localidade de São Francisco visitam cidade da Praia	2'32''
Ilha de São Vicente	-Actividades realizadas em São Vicente pela ICCA e a Câmara Municipal de São Vicente em comemoração do Dia	3'23''	- Câmara de São Vicente dedica o mês de Junho às crianças	2'20''

	Internacional das Crianças			
Cidade da Assomada	- O Hospital de Assomada e alguns jardins infantis da cidade, ganham novos equipamentos, oferta de ACRIDES.	2'55''	- Marcha e outras actividades realizadas pelas crianças de Assomada para a comemoração do Dia Internacional das Crianças	2'22''

Quadro 2: tempo para cada notícia

A notícia sobre a visita do embaixador da Argélia residente em Dakar que visita Cabo Verde teve duas peças. Uma peça que falava sobre as relações diplomáticas existentes entre Cabo Verde e Argélia e a outra sobre o jogo entre a selecção dos dois países.

A primeira peça teve uma duração de cerca de 3'20'', o que é proibido na Televisão de Cabo Verde (na TCV uma peça noticiosa deve ter entre um minuto a dois minutos no máximo), conforme podemos notar na placa informativa da empresa. A peça em questão teve o tempo de 3'20'' pelo facto de ser uma notícia importante? Talvez. Mas, na nossa constatação, não se devia dedicar tanto a uma notícia. O que se deve fazer é resumir o assunto numa forma clara e objectiva de maneira que os telespectadores possam compreender.

Relativamente a notícia sobre o desporto, foram apresentadas peças noticiosas sobre a preparação das selecções nacionais de futebol de Cabo Verde e Argélia para o jogo do dia seguinte. Utilizou-se uma linguagem clara e objectiva e houve equidade de tempo quando foram ouvidas as duas partes.

4.1.2. Jornal da Noite – 2 DE Junho de 2007

Para o dia 2 de Junho, os assuntos que tiveram ênfase foram os sobre o Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento Turístico da Ilha de Boa Vista e Maio e sobre o jogo entre selecção de Cabo Verde e Argélia.

Na primeira parte do Jornal da Noite foram apresentadas três peças noticiosas sobre o Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento Turístico da Ilha de Boa Vista e Maio, em que uma das peças foi sobre a localização da sede do Conselho de

Administração. O tempo de intervenção do Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento Turístico da Ilha de Boa Vista e Maio e do Presidente da Câmara de Boa Vista foi igual para as duas partes.

Quanto às três notícias apresentadas, tendo em conta o tipo de assunto, a jornalista fez uso duma linguagem muito simples em que os telespectadores podiam compreender e em que a imparcialidade não ficou de fora. Cerca de sete segundos e meio foram dedicadas à essa notícias, que no nosso entender é o tempo ideal se para cada notícia a média de tempo é de dois minutos e meio.

Na terceira parte do Jornal da Noite da Televisão de Cabo Verde de 2 de Junho, na nossa constatação, aconteceu algo que nunca devia acontecer em qualquer meio de comunicação social, principalmente numa televisão.

Dando a continuidade da notícia do dia anterior sobre o jogo entre as selecções de Cabo Verde e Argélia, passou cinco peças sobre o assunto mas somente com as intervenções dos dirigentes e jogadores da selecção de Cabo Verde e, nenhuma peça com entrevista com algum dirigente ou jogador da outra selecção.

A primeira peça noticiosa foi a entrevista com o treinador da selecção de Cabo Verde, a segunda foi a entrevista com o autor do golo da mesma selecção, a outra peça foi com o capitão da selecção, a quarta foi a entrevista com o Dady, jogador de Cabo Verde (e de Belenenses de Portugal) e a quinta e última peça foi a entrevista com Eduardo Almeida da Direcção de Federação Cabo-Verdiana de Futebol.

Houve falta de objectividade por várias razões:

1ª - As peças não eram realmente notícias mas sim entrevistas realizadas e passadas na íntegra;

2ª - O jornalista fazia perguntas sugerindo respostas, como: *não gostou da actuação dos jogadores quando houve a desconcentração dos jogadores?* – Pergunta feita ao treinador da selecção de Cabo Verde e essas perguntas já sugerem resposta ao entrevistador;

3ª - Comentários do jornalista: *Garra não vos faltou dentro do campo. Isso toda a gente viu* – entrevista com o Dady.

4ª - Para todos os entrevistados foram colocadas as mesmas questões;

5ª - Sempre o jornalista cortava a palavra aos entrevistados dando opiniões;

6ª - Não houve a confrontação das duas partes, já que não apresentaram entrevista com ninguém da Argélia.

Por todas essas razões indicadas, voltamos a afirmar que houve falta de objectividade nas peças noticiosas.

No Jornal da Noite do dia 1 de Junho foi anunciada a palestra sobre como lidar com as crianças que ia decorrer na Assembleia Nacional do dia 2 de Junho, com Daniel Medina. Por isso, houve a continuidade sobre o assunto porque foi apresentada a notícia sobre o mesmo nesse dia.

4.1.3. Jornal da Noite – 3 de Junho de 2007

No Jornal da Noite do dia 3 de Junho de 2007, constatamos que não existe nenhuma notícia com falta de objectividade, por isso, não iremos fazer uma análise aprofundada.

Foram dadas como destaque a notícia sobre o jornal Adalmarkin das Canárias que condecorou o Presidente da Republica de Cabo Verde com o Colar da Ordem das ilhas Canárias.

Uma outra notícia passada foi sobre a primeira incorporação de 2007 da Forças Armadas que fez o juramento a bandeira em São Vicente. Um assunto que na nossa constatação não tem muito interesse – mas é um objecto de notícia – porque todas as pessoas sabem que o juramento da bandeira acontece sempre todos os anos. Não é que o jornalista não elaborou um bom texto, com objectividade e imparcialidade mas, só que não suscita interesse.

Mais peças foram passadas, como sobre os pescadores, peixeiras e motoristas da cidade da Praia que procuram criar associação para defender os seus direitos.

Quanto aos outros assuntos do Jornal da Noite foram todas elaboradas conforme mandam as regras jornalísticas para a elaboração duma peça noticiosa para a televisão.

4.1.4. Jornal da Noite – 4 de Junho de 2007

A seguir apresentaremos quadros com conteúdos de algumas das notícias que achamos pertinentes analisar dos Jornais da Noite do dia seguinte, com informações que podemos constatar se houve ou não a objectividade.

Tema	Tempo	Confrontação das partes	Equidade de tempo na confrontação das partes	Linguagem
Adiamento da aprovação do Código Eleitoral	1'23''	Não era necessário		Imparcial e clara
Esgoto ao céu aberto na cidade da Praia	3'50''	Sim	Sim: 1'21''	Clara e com objectividade
Praias contaminadas na Cidade da Praia	2'40''	Não. A ELECTRA não foi ouvida, somente o Delegado da Saúde (só no outro dia foi ouvida a ELECTRA).		Simples

Quadro 3: análise do Jornal da Noite do dia 4 de Junho de 2007

Relativamente aos outros assuntos do Jornal da Noite do dia 4 de Junho, foram apresentadas notícias sobre o Dia Mundial Contra os Maus-tratos das Crianças.

Como aconteceu no dia Mundial da Criança, notícias sobre o tema vieram da Praia, Sal, São Vicente e Assomada, todas com uma linguagem simples e compreensiva para todos.

Teve ainda lugar neste Jornal da Noite do dia 4 de Junho uma notícia das comunidades. Notícia essa que dava conta de donativos oferecidos à comunidade do Bairro de Ponta d'Água pela Câmara de Palmela em Portugal.

4.1.5. Jornal da Noite – 5 de Junho de 2007

A primeira peça passada foi sobre a declaração do presidente do MPD depois da visita a ilha do Fogo. Nesta notícia o presidente deste partido afirma que o Governo devia dar mais atenção à ilha do Fogo. Quanto a linguagem utilizada foi imparcial e objectivo.

Neste dia 5 de Junho que é dedicado ao Ambiente, as marchas realizadas por diferentes instituições foram as que tiveram destaque.

A peça noticiosa sobre a marcha dos alunos da escola Eugénio Tavares teve uma duração de dois minutos, onde foi incluída entrevistas com professora e os alunos. A linguagem utilizada foi simples e muito clara.

Também uma outra peça sobre a marcha relacionada com o Dia Mundial do Ambiente, desta vez com os alunos das escolas de São Vicente, teve um tempo de 2'13''. Nesta notícia não foram ouvidos os alunos em relação ao assunto que eles eram os principais agentes. Somente foram ouvidas uma representante do Ministério do Ambiente e uma professora.

Ainda sobre o Dia Mundial do Ambiente, foi passada uma peça noticiosa sobre a actividade do JPAI – Juventude do Partido Africano Independente. Esta actividade consistia em sensibilizar os condutores ao não uso dos veículos naquele dia da parte de manhã. Foram mostradas imagens com esses jovens a falar com os condutores e a distribuir camisolas mas, nenhum dos condutores foram ouvidos. O presidente do JPAI falou por mais de um minuto, enquanto que nenhum condutor foi ouvido.

A sensibilização – como disse a jornalista – estava voltada mais para os funcionários do Palácio do Governo e também eles não foram ouvidos

Houve falta de objectividade nesta peça, por ser um assunto em que devia ser ouvida a outra parte e principalmente porque é relacionado com a política. Portanto, a jornalista esteve longe de alcançar a objectividade neste trabalho.

Um outro assunto que teve lugar no Jornal da Noite da TCV do dia 5 de Junho de 2007 foi sobre o fogo que deflagrou no navio “Mosteiros” no alto mar. Nesta peça não houve objectividade porque:

- Não foi ouvida nenhuma parte, nem os responsáveis do navio, nem o armador e nem os passageiros;

- O apresentador do Jornal é que deu a notícia, enquanto era passada a imagem de como ficou o navio que, na nossa perspectiva era um assunto importante que não devia ser dada desta forma.

A terceira parte do Jornal da Noite foi dedicada ao desporto, mais precisamente ao futebol.

Foi dada uma peça sobre a apresentação da lista dos convocados da selecção de Cabo Verde para o jogo contra a selecção da Gambia e uma outra peça sobre o Torneio Inter-ilhas.

Na peça sobre a selecção de Cabo Verde não foram ouvidas as duas partes – o seleccionador de Cabo Verde e os jogadores convocados. Foi ouvida só o seleccionador.

A outra peça sobre o Torneio Inter-ilhas foram ouvidas as duas partes que foi o representante da ENACOL, que vai patrocinar o torneio e o representante do Torneio Inter-ilhas.

Nas duas peças o tempo foi de cerca de dois minutos e a linguagem foi simples e compreensível.

4.1.6. Jornal da Noite – 6 de Junho de 2007

Tema	Tempo	Confrontação das partes	Equidade de tempo na confrontação das partes	Linguagem
Os donos dos terrenos expropriados na ilha de Boa vista responderam ao tribunal devido a invasão do aeroporto da ilha no mês passado	2'31''	Não. A ASA não foi ouvida		Simples e clara
Achada Toça,	2'30''	Não. Só se fez		A linguagem não

concelho de Santa Catarina, a população vive sem luz eléctrica		referência ao que disse o presidente da Câmara, sem imagem, testemunhas ou outros elementos.		tinha muita objectividade porque, a jornalista não utilizava uma linguagem imparcial. Por exemplo disse: <i>a localidade tem apenas telefone...</i> Essa palavra <i>apenas</i> tira toda a objectividade da frase e da notícia em si.
Empresa Russa quer produzir energia nuclear em Cabo Verde	1'37''	Sim, ouviu-se as duas partes, o Governo de Cabo Verde e a empresa Russa.	O tempo dado às duas partes foi de equidade.	Linguagem utilizada simples e clara.

Quadro 4: análise do Jornal da Noite do dia 6 de Junho de 2007

Ainda sobre o dia 6 de Junho, o PAICV teve o direito de resposta após a reacção do presidente do MPD sobre o que se está a passar na ilha do Fogo, passada no dia 5 de Junho na TCV. O tempo da notícia foi a mesma para as duas partes e a linguagem utilizada pelos jornalistas foi objectiva.

4.1.7. Jornal da Noite – 7 de Junho de 2007

No dia 7 de Junho, a notícia de abertura foi sobre a morte da jornalista Lúcia dos Anjos. Esta notícia não foi acompanhada de nenhuma imagem do acidente – porque ela morreu de um acidente – nem do local onde decorreu o mesmo.

Na nossa perspectiva, mesmo sendo um acontecimento em que não foi possível registar imagem, podiam mostrar uma foto da falecida ou até imagem, visto que, com certeza eles

têm, porque ela trabalhou nesta estação de televisão durante vários anos, como mesmo disse o apresentador do Jornal da Noite.

A notícia a seguir foi sobre a chegada de um grupo de quarenta e um náufragos que chegaram ao Porto da Praia, resgatados no alto mar por uma embarcação da Nigéria, a algumas milhas de Cabo Verde, numa canoa. As duas peças noticiosas apresentadas não foram de grande objectividade relativamente a linguagem utilizada porque, o jornalista disse *emigrantes ilegais*. Aquelas pessoas não são emigrantes e muito menos ilegais no território cabo-verdiano. Eles são sim náufragos que foram resgatados no alto mar e que não cometeram nenhuma ilegalidade em Cabo Verde.

Quanto ao tempo da primeira peça foi de cerca de dois minutos e da segunda foi de quase três minutos, o que podemos afirmar que a importância da notícia justifica o tempo da mesma.

Foram entrevistados dois náufragos mas somente fizeram-nos perguntas de respostas prévias, como *de onde são?* ou *quantos dias tiveram no mar?* e nada sobre a forma como foram tratados quando Chegaram em Cabo Verde.

Ainda quanto ao assunto, foi convidado Júlio Melício, Director de Imigração e Fronteira para uma entrevista a partir do estúdio do Jornal da Noite. Uma entrevista que durou cerca de dez minutos, o jornalista/apresentador conduziu-a duma forma organizada mas, para que um trabalho jornalístico – neste caso uma entrevista – tenha objectividade não basta ser bem conduzida, existem outros elementos a ter em conta, como a forma como se colocam as questões.

Algumas questões colocadas ao entrevistado levava-o logo a uma resposta, da forma que o apresentador queria que ele respondesse, ou seja, o entrevistador colocava a pergunta logo com uma resposta. Exemplos de algumas questões colocadas ao entrevistado e as respostas dadas, que explica o que queremos dizer:

- *O mais difícil é a identificação dessas pessoas* – Pergunta do entrevistador;

- *O nosso trabalho mais difícil é a identificação...* – Resposta do entrevistado;

- *Esta parceria não pode ser somente das entidades cabo-verdianas* – Pergunta do entrevistador;

- *Claro que não, outros países estão nesta luta de combater a emigração ilegal* – Resposta do entrevistado;

- *Cabo Verde não tem muitos recursos. São 42 bocas para alimentar. Como resolver a situação?* – Pergunta do entrevistador;

- *Cabo Verde não tendo muitos recursos, conta com a ajuda de alguns países que estão nesta luta, como Espanha e outros países da Europa.* – Resposta do entrevistado.

Quando acontece o que acabamos de referir o trabalho não alcança a objectividade desejada.

Neste Jornal da Noite foi dado o direito de resposta à ELECTRA sobre a notícia do dia 4 de Junho sobre as praias contaminadas na cidade da Praia por causa da água do esgoto. O tempo da notícia foi de 3'6'', o que foi maior do que a outra de 2'40''.

Houve continuidade da notícia porque passou-se novas informações mas o tempo do direito de resposta foi maior.

A continuidade houve sim mas só relativamente ao assunto, sem que haja fecho do mesmo, ou seja, o telespectador não sabe como é que o assunto terminou ou se já chegou a um consenso entre a câmara da Praia e a Electra.

No início da segunda parte, foi apresentada uma parte da Gala do 20 Anos da Televisão de Cabo Verde que aconteceu em 2004 em que participou a Lúcia dos Anjos, como tínhamos dito que devia ser logo no início do Jornal da Noite.

4.1.8. Jornal da Noite – 8 de Junho de 2007

Analisaremos o Jornal da Noite do dia 8 de Junho através do quadro que se segue.

Tema	Tempo	Confrontação das partes	Equidade de tempo na confrontação das partes	Linguagem
Causa da morte de Lúcia dos	3'14''	Não. O motorista não foi ouvido,		Cheia de emoção.

Anjos		somente a polícia.		
Percurso de Lúcia do Anjos na Televisão de Cabo Verde	2'27''	Não era necessário		Linguagem emotiva.
Jornada cirúrgica Brasil/Cabo Verde	2'54''	Sim. Médico de Cabo Verde e Brasil	Deu-se um tempo igual para ambos	Utilização de uma linguagem clara e objectiva.
População da ilha do Maio queixa-se de problemas de desemprego	3'13''	Sim. A população da ilha do Maio e a Porta-voz do Conselho dos Ministros.	Foram ouvidas três munícipes e juntando o tempo, dá igual que o da Porta-voz do Conselho dos Ministros.	Foi utilizada uma linguagem simples e clara.
Residência para crianças de famílias desfavorecidas em São Vicente	2'27''	Não era necessário		Linguagem muito objectiva e compreensível

Quadro 5: análise do Jornal da Noite do dia 8 de Junho de 2007

Na notícia sobre a causa da morte de Lúcia dos Anjos, o jornalista utilizou uma linguagem emotiva, o que não faz parte da produção da mesma. Tira a objectividade do trabalho pelo tipo de linguagem utilizada.

A segunda peça noticiosa que falava do percurso de Lúcia dos Anjos na Televisão de Cabo Verde também continha uma linguagem emotiva, tendo sido utilizada a frase: *Não teve a sorte de continuar na televisão em 1997 com a criação da Rádio Televisão Cabo-verdiana.*

A notícia sobre a jornada cirúrgica Brasil/Cabo Verde reuniu todas características para ser uma peça noticiosa com objectividade, a não ser o tempo da mesma que podia ser reduzido. O tempo pode diminuir ou aumentar o interesse do telespectador numa notícia. E nessa notícia o tempo diminuiu o interesse – dizemos isso porque também somos telespectadores.

Assim como na notícia anterior, sobre a ilha do Maio, o tempo dedicada a ela foi exagerado acontecendo exactamente o que referimos anteriormente – falta de interesse.

4.1.9. Jornal da Noite – 9 de Junho de 2007

Para o dia 9 de Junho, o Jornal da Noite abriu com a notícia sobre a União Europeia que quer estabelecer uma parceria especial com Cabo Verde. O tempo dedicado à peça foi de um minuto. A nossa crítica a esta peça incide no facto de não se ter nenhuma intervenção dos agentes da notícia. Se tivesse um minuto com a intervenção dos agentes da notícia, seria uma peça que em termos de tempo foi excelente mas, teve pouco tempo e sem todos os elementos noticiosa que uma televisão ou qualquer meio de comunicação social deve ter: o testemunho dos agentes noticiosos para confirmar o que foi dito pelo jornalista.

As três peças noticiosas seguintes foram sobre as notícias da visita do Conselho dos Ministros à ilha do Maio. A primeira peça teve uma duração de 2'37''. Quanto à linguagem utilizada, a jornalista num certo momento sobre a construção do hospital da ilha referiu a ***um edifício com muito espaço***. Pelos nossos conhecimentos o mais correcto seria referir-se à capacidade do hospital iria ter e que se mede em termos de camas ou de quantos doentes terá a capacidade de receber. As duas outras tiveram um tempo de 2'48'' e 1'48'' respectivamente. Nestas duas notícias o tipo de linguagem foi imparcial e simples.

É de realçar que sobre a visita do Conselho dos Ministros à ilha do Maio houve continuidade. Todos os dias da visita foram noticiados.

Sobre o encontro da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde, na ilha do Fogo, foram difundidas duas peças noticiosas, em que a linguagem utilizada foi clara objectiva e simples. Para a primeira peça o tempo foi de 2'8'' e para a segunda de 3'30''.

Como já foi referido anteriormente, três minutos é muito para uma notícia televisiva, quanto mais três minutos e meio. É claro que quando um assunto é importante pode-se dedicar um maior tempo à notícia mas, não muito mais do que as outras.

A notícia em que a ADECO – Associação de Defesa do Consumidor – denuncia que pastas de dentes vendidas nas lojas chinesas contêm substâncias venenosas teve 2'44''. Não teve confrontação das duas partes, que seriam os comerciantes chineses que comercializam as

referidas pastas de dentes e o Ministério da Saúde, enquanto que três elementos da ADECO entrevistaram.

Ainda nesta peça o jornalista referiu aos comerciantes chineses como *chineses* como se todos os chineses ou ainda, todos os comerciantes chineses vendessem as referidas pastas de dentes.

Ao dizer isso, o jornalista mostrou racismo em relação aos chineses, que na linguagem não devia ser mostrada.

Por fim, para mostrar a falta de objectividade do jornalista, a notícia não teve continuidade. Ninguém sabe quais foram as medidas tomadas pelo ministério ou outros responsáveis em relação ao assunto.

No fim do Jornal da Noite, a terceira parte, foi dedicada à música e ao futebol. Da música falou-se de um concerto de um artista cabo-verdiano residente nos Estados Unidos da América com um tempo de 1'31'' e com uma linguagem muito simples e por assim dizer descontraída.

Sobre futebol a notícia teve 3'3'', que na nossa constatação foi exagerado, pois este assunto podia ser resumido em 1'30'' a dois minutos.

4.1.10. Jornal da Noite – 10 de Junho de 2007

No dia 10 de Junho o Jornal da Noite começou por dar continuidade a notícia dada no dia anterior sobre o Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde, no seu segundo dia de encontro.

Três peças noticiosas sobre o assunto foram apresentadas. A primeira notícia teve uma duração de 2'40'', a segunda foi de 1'23'' e a terceira peça teve 2'15''. Quanto ao conteúdo, ou melhor, a linguagem utilizada estava de acordo com as regras jornalísticas, ou seja, essas três peças conseguiram alcançar a objectividade.

Também houve continuidade teve em relação à visita e encontro do Conselho dos Ministros a ilha do Maio. Com duas peças de 1'12'' para a primeira e para a segunda peça a duração foi de 2'50''. O assunto das notícias tinha a ver com a preocupação que os munícipes da ilha do Maio colocam aos ministros mas, não se ouviu as duas partes. A jornalista só passou a entrevista com os ministros não tendo ouvido a outra parte que seriam os munícipes. A

linguagem utilizada foi mais uma linguagem técnica do que simples para a compreensão dos telespectadores. Concluindo, estas duas peças noticiosas estiveram longe de alcançar a objectividade.

Antes do término da primeira parte do Jornal da Noite, mais três peças noticiosas foram passadas. A primeira peça foi sobre uma formação que os jovens da Cidade Velha tiveram sobre produções de eventos. 2'30'' foi a duração da peça que foi mais uma promoção do que uma notícia. A linguagem utilizada pela jornalista serviu para promover a Cidade Velha (não sabemos se foi porque a TCV foi um dos promotores do evento).

Os problemas dos moradores de Achada Grande da cidade da Praia tiveram ênfase neste Jornal. A iniciativa enquadrada no Dia Mundial do Ambiente, com plantação de árvore e caiação de casas dos moradores carenciados deste bairro. Nesta peça não foram ouvidas as duas partes – que era os promotores e os moradores. Foram ouvidos dois promotores da iniciativa sem que os moradores dessem as suas opiniões. A peça teve a duração de 2'54''.

Para fechar a primeira parte do Jornal da Noite passou-se a notícia sobre a Associação dos Escuteiros de Cabo Verde e de Angola que reforçam laços de amizade. A linguagem simples e compreensível foi a que a jornalista utilizou, ouvindo as duas partes.

Na terceira parte foi dado lugar ao desporto – basquetebol e futebol – e a educação. Todas estas peças foram rápidas em termos de tempo, com uma linguagem simples e objectiva.

4.1.11. JORNAL DA NOITE – 11 DE JUNHO DE 2007

Para o dia 11 de Junho iremos analisar não todas as notícias mas, as que achamos mais pertinente fazer uma análise.

A primeira peça em análise será sobre o encontro entre o Primeiro-ministro e o Líder do MPD para falarem sobre a revisão do Código Eleitoral e constatamos ausência de regras jornalísticas na feitura de uma notícia, principalmente para a televisão.

1º A peça começou logo com o Primeiro-ministro a falar sem que seja dada os três segundos antes e, por isso, a primeira palavra dita por ele não foi entendida;

2º O jornalista não explicou exactamente o que aconteceu no encontro, sendo a notícia lançada pelo apresentador do Jornal da Noite, ou seja, na peça só falou o Primeiro-ministro;

3º Não se mostrou a imagem do encontro. Por isso, perguntamos, onde decorreu o encontro e como? É a pergunta também colocada com certeza pelos telespectadores;

4º E por fim mas não menos grave, é que não foi ouvida o líder do MPD sobre o encontro, somente o Primeiro-ministro.

Com todas estas falhas numa notícia, podemos afirmar que o/a jornalista não preocupou-se em alcançar a objectividade, visto que as regras para o alcance da objectividade foram esquecidas e na televisão, principalmente pela falta de imagem e em que o tempo foi de 44''.

Uma peça noticiosa com 3'52''. Quase quatro minutos foram dedicados a notícia sobre o terceiro encontro do Grupo de Apoio a Cabo Verde para a Transição do País de Desenvolvimento Médio. A conversa foi com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades, com três intervenções. Na nossa constatação em vez de colocar o ministro a explicar tudo seria melhor que a jornalista resumisse o que ele disse e diminuir o tempo da notícia.

Sobre o encontro das Associação da Universidades de Língua Portuguesa foram passadas duas peças noticiosas. A primeira peça de três minutos e dava conta da abertura do encontro presidido pelo Primeiro-ministro. A segunda peça com 2'56'' mostrava a vontade do Reitor da Universidade de Cabo Verde em fazer parte da associação.

Com um tempo um pouco excessivo, na nossa constatação, a linguagem foi simples e imparcial.

Foi dada a continuidade da notícia passada no dia anterior sobre o treino, da selecção de futebol de Cabo Verde para o jogo com Gambia. Foi uma peça noticiosa de 1'46'', com uma linguagem simples, compreensível e imparcial.

4.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das notícias analisadas do Jornal da Noite da Televisão de Cabo Verde – TCV – podemos constatar que as que tiveram continuidade foram as relacionadas com o Governo ou à política e do futebol.

A confrontação das partes esteve quase sempre ausente, salvo algumas vezes que se fazia isso e quando se fazia, o tempo entre as duas partes eram iguais, com algumas exceções.

Afirmamos que a confrontação das partes esteve quase ausente, porque raramente se ouviam as duas partes envolvidas. Passo a citar exemplos como, a notícia sobre as pastes de dentes que os comerciantes chineses estavam a vender, em que nem o ministério da Saúde foi ouvido nem os chineses. Ainda a notícia sobre a invasão do aeroporto de Boa Vista pelos donos dos terrenos em que a ASA não foi ouvida. Esses são alguns exemplos em que as partes envolvidas não foram ouvidas

Quanto à linguagem que os jornalistas utilizavam, era simples e clara e relativamente a isso constatamos que os jornalistas às vezes não utilizavam uma linguagem imparcial e simples, ou seja, faziam uso de adjectivos ou de palavras técnicas sem dar explicações o que significava a palavra utilizada.

A ênfase foi dada aos políticos e/ou à política. Por exemplo, a ênfase aos problemas dos moradores no Jornal da Noite analisados não ultrapassou duas notícias, como podemos analisar.

O que acontece com o Jornal da Noite da TCV é que eles passam só notícias de *dentro de casa*, ou seja, trabalham na base dos comunicados de imprensa. Mesmo em relação aos acontecimentos sobre os moradores fazem cobertura porque é mandado um comunicado de imprensa a avisar o que vai acontecer.

CONCLUSÃO

Ao fim do nosso percurso pelo mundo do jornalismo e da televisão, podemos afirmar que os resultados desta pesquisa mostram que a objectividade jornalística é algo que não é impossível de alcançar mas é muito difícil.

Relativamente ao primeiro capítulo deste trabalho que tem como título **NORMAS E CRITÉRIOS DA OBJECTIVIDADE JORNALÍSTICA**, procuramos verificar o caminho que um jornalista tem que percorrer com o objectivo de alcançar a objectividade.

Nesse capítulo falamos da problemática da objectividade e podemos notar que alguns autores que consultamos afirmam que a objectividade é alvo impossível de alcançar, enquanto que outros afirmam que é muito difícil de chegar à mesma.

Fizemos um historial sobre a objectividade, percorrendo vários momentos nas outras ciências, até chegar ao campo jornalístico. Tivemos que relacionar o alcance da objectividade com a honestidade. Sobre esta questão podemos notar que os jornalistas referem mais à honestidade quando são questionados sobre a objectividade. Eles dizem que são honestos nos seus trabalhos.

Ainda no primeiro capítulo tivemos a oportunidade de analisar o papel da língua no alcance da objectividade, assim como a importância da tradição do Direito Romano para o alcance da mesma.

O código deontológico não podia ficar de fora neste estudo, porque as principais regras para o alcance da objectividade jornalística encontram-se no código deontológico dos jornalistas. No final do primeiro capítulo analisamos como os jornalistas encontram a objectividade através dos diferentes géneros jornalísticos – reportagem, entrevista, notícia – e se é difícil de alcançar a objectividade nesses diferentes géneros.

O título do segundo capítulo do nosso trabalho é **DIFICULDADES EM ALCANÇAR A OBJECTIVIDADE JORNALÍSTICA** que teve como objectivo principal delinear alguns pontos que podem dificultar o alcance da objectividade no trabalho jornalístico.

Esses pontos em análise foram as negociações com as fontes, a rotina do trabalho, a pressão do tempo, a proximidade, a ausência de ombudsman, entre outros e verificamos que de facto esses factores dificultam no alcance da objectividade jornalística.

Foi verificado no terceiro capítulo, com o título **ESTADO ACTUAL DO JORNALISMO EM CABO VERDE**, através dos diferentes relatórios dos Repórteres Sem Fronteiras, da Freedom House e do Departamento do Estado Americano, como está o jornalismo em Cabo Verde. E, o que notamos é que todos os relatórios dão uma nota geralmente positiva ao jornalismo que se faz em Cabo Verde, embora sublinham algumas fraquezas.

A análise da linha editorial dos jornais de Cabo Verde foi também uma das formas que encontramos para verificar qual o estado do jornalismo em Cabo Verde através do Estatutos Editoriais.

Quanto ao quarto e último capítulo foi dedicado ao estudo de caso sobre a **ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO JORNAL DA NOITE DA TELEVISÃO DE CABO VERDE**, como forma de sabermos se há alcance da objectividade nas notícias que os jornalistas elaboram ou se é só uma utopia de que muito se fala.

Durante o estudo de caso verificamos que nas notícias do Jornal da Noite da Televisão de Cabo Verde não existem regras que os diferentes jornalistas possam seguir na elaboração das notícias – ou não as colocam na prática. Ou seja, não fazem uma notícia que se identifique com a estação televisiva, de modo que quando o telespectador a visiona diga logo “esta é uma notícia da TCV.”

Relativamente ao primeiro objectivo que era analisar as ideias relacionadas com o aparecimento da objectividade podemos concluir que a noção de objectividade surge com a modernidade, juntamente com a emergência das ciências experimentais, no decorrer dos séculos XVIII e XIX e o movimento filosófico racionalista.

O nosso segundo objectivo foi verificar quando e como é que a objectividade entrou no campo jornalístico e conferimos que no jornalismo a objectividade verifica-se no século XIX mas é no início do século XX que o conceito se aplicará, nos Estados Unidos da América, como sendo valor jornalístico e a objectividade foi reconhecida nos códigos deontológicos e nas escolas de jornalismo, como elementos que contribuem para a regulação do trabalho jornalístico.

Quanto ao terceiro objectivo que era examinar como se manifesta a subjectividade jornalística verificamos que a subjectividade jornalística manifesta-se porque os jornalistas, como investigadores, realizam pesquisas com o objectivo de relatar o que aconteceu num certo contexto e, narram através da escrita (para a rádio, televisão e jornal), por isso, eles não conseguem realizar um trabalho com objectividade total, mas sim representam a realidade, conforme a sua percepção e interpretação.

Reflectir sobre as dificuldades que os jornalistas encontram em alcançar a objectividade, foi o nosso quarto objectivo, em que se chegou à conclusão de que os jornalistas encontram vários tipos de obstáculos pelo caminho, antes de alcançar a objectividade.

Obstáculos esses que vão desde negociação com as fontes, até à pressão ou rotina do trabalho. A ausência de ombudsman numa empresa de comunicação social e o jornalismo de proximidade pode dificultar no alcance da objectividade.

O quinto objectivo foi o de examinar as posturas perante essas dificuldades, ou seja, como é que as diferentes partes relacionadas reagem em relação às mesmas, para alcançar a objectividade. Concluímos que por parte dos jornalistas sempre tentam ultrapassá-las e por parte do público há sempre críticas pelo trabalho que se elabora sem objectividade.

E referindo à ausência de ombudsman como uma dificuldade para o alcance da objectividade, o nosso sexto objectivo foi reflectir sobre a presença do ombudsman num órgão de comunicação social. Sobre essa reflexão chegamos a concluir que a figura de ombudsman dentro duma empresa de comunicação social é uma forma de garantir a objectividade e consequentemente a satisfação do público porque, o ombudsman tem a função de ser o elemento de ligação entre o órgão de comunicação social que representa e o seu público. Quando o público mostra que não está satisfeito com o trabalho que não tem objectividade, o ombudsman desempenha o seu papel que é não deixar o mesmo acontecer e, logo a objectividade estará presente nos trabalhos dos jornalistas de um órgão de comunicação social com a figura de ombudsman.

O nosso sétimo objectivo foi debruçado sobre o jornalismo em Cabo Verde, isto é, verificar principalmente o estado actual do jornalismo em Cabo Verde. Concluímos que o estado actual do jornalismo em Cabo Verde é favorável de acordo com vários relatórios analisados, mas tem as suas fraquezas.

No jornalismo cabo-verdiano, conforme podemos notar há falta de preocupação dos jornalistas em fazer um bom trabalho.

E o oitavo e último objectivo de trabalho foi fazer uma análise das notícias do jornal da noite da TCV durante os primeiros dez dias do mês de Junho. A partir dessa análise, pretendemos verificar se há ou não objectividade por parte dos jornalistas em fazer as notícias.

Depois da análise dos Jornais da Noite verificamos que os jornalistas por vezes não alcançam a objectividade na elaboração das notícias porque não seguem as regras para o alcance da objectividade como, continuidade, equidade de tempo, confrontação das partes ou utilização duma linguagem imparcial.

Por isso, podemos constatar que as notícias que tiveram continuidade foram as relacionadas com o Governo ou a política e o futebol.

A confrontação das partes esteve quase sempre ausente, salvo algumas vezes que se fazia isso e quando se fazia o tempo entre as duas partes eram iguais, com algumas excepções.

Quanto à linguagem, constatamos que os jornalistas às vezes não utilizavam uma linguagem imparcial e simples, ou seja, faziam uso de adjectivos ou de palavras técnicas sem dar explicações sobre o que significava a palavra utilizada.

A ênfase foi dada aos políticos e/ou a política. Por exemplo, a ênfase aos problemas dos moradores no Jornal da Noite analisados não ultrapassou as duas notícias.

O que acontece com o Jornal da Noite da TCV é que eles passam só notícias de *dentro de casa*, ou seja, trabalham na base dos comunicados de imprensa. Mesmo os acontecimentos sobre os moradores só são cobertos porque é enviado um comunicado de imprensa a avisar o que vai acontecer.

O jornalismo em Cabo Verde ainda não tem grande impacto social. Os jornalistas não fazem nada para alcançar a objectividade nos trabalhos que elaboram.

BIBLIOGRAFIA

ASEMANA on-line, “MpD e PAICV, na divergência, entendem que é preciso “regular” comunicação social”, disponível em www.asemana.cv 07-05-07.

BELA, Ana, “Jornalismo”, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-1.html> 08-04-07.

Assembleia Nacional de Cabo Verde, *Constituição da República de Cabo Verde*, 1ª Revisão Ordinária, 1999, edição 2000.

AYISH, Muhammad, “Media brinkmanship in the Arab World: Al Jazeera’s the opposite direction as a fighting arena””, in *The Al Jazeera Phenomenon – Critical perspectives on new Arab Media*, páginas 118; 120; 121, Edited by Mohamed Zayani, 2005, edições Pluto Press.

AWAD, Gloria, “Al Jazeera.net: Identity choices and the logic of the media”, in *The Al Jazeera Phenomenon – Critical perspectives on new Arab Media*, página 82, Edited by Mohamed Zayani, 2005, edições Pluto Press.

CABRAL, Eunice, “Subjectividade”, *Dicionário de termos literários*, edição e organização Carlos Ceia disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/S/subjectividade.htm> 11-04-07

CAMUS, Pierre, Editor, “Editorial”, *Revista Plongée Océans*, Mars – Avril 2007, nº 296.

CASCAIS, Fernando, *Dicionário do jornalismo: As palavras dos média*, Outubro 2001, Lisboa, SP, Editorial Verbo.

COLOMBO, F., *O jornalismo hoje – Como se faz a informação*, 1998, Lisboa, Editora Presença.

CORNU, Daniel, *Jornalismo e a verdade: Para uma ética de informação*, 1999, Lisboa, Instituto Piaget.

Departamento do Estado Americano, “Respeito pelas Liberdades Cívicas, Incluindo: Liberdade de Expressão e de Imprensa”, disponível em www.departamentofstate.gov, 09-05-07

Editor, “Jornalismo da moda ao negócio” *Revista Ensino Magazine*, Ano III, nº23, Janeiro 2002.

FAUSTINO, Paulo (organização), *Ética e responsabilidade social dos media*, 2007, Lisboa, Media XXI/Formalpress.

FILHO, Clóvis de Barros, *Ética na comunicação*, 2003, São Paulo, Summus Editorial.

FONTCUBERTA, Mar, *A notícia*, 1999, Lisboa, Editorial Notícias.
Freedom House, “Country Report – Cape Verde 2004”, disponível em
<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=22&year=2004&country=2906ctor>. 09-05-07
Freedom House, “Country Report – Cape Verde 2005”, disponível em
<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=22&year=2004&country=2906ctor>. 09-05-07
Freedom House, “Country Report – Cape Verde 2006”, disponível em
<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=22&year=2004&country=2906ctor>. 09-05-07
HERMAN, S. Edward, CHOMSKY, Noam, *Manufacturing consent: The political economy of mass media*, 1994, Vintage.
Instituto Gutemberg, “Boletim nº20”, Janeiro-Fevereiro 1998, disponível em
<http://www.igutenberg.org/newjorna.html>, 21-03-07.
Jornal Expresso das Ilhas, “Estatuto Editorial”, página 7, 5 de Janeiro de 2004.
Jornal Horizonte, “Estatuto Editorial”, página 9, 7 de Janeiro de 2005.
LAGARDETTE, Jean-Luc Martin, *Manual da escrita jornalística: Escrevo-Informo-Convenço*, 1994, Lisboa, Editora Pergaminho.
Livro de Estilo do PÚBLICO, disponível em <http://www.publico.pt>, 11-04-07.
MAIA, Rui Leandro, *Dicionário de Sociologia*, 2002, Porto Editora.
MELO, José Marques de, *Comunicação: Direito à informação*, 1986, Campinas, São Paulo, Papirus.
MESQUITA, Mário, *O quarto equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*, Fevereiro 2004, Coimbra, Minerva Coimbra.
PEDROSO, Marcelo Bатуíra e SILVA, Ricardo Almeida Ribeiro da, “Medo de processo faz jornalistas serem mais cautelosos, disponível em
www.conjur.estadao.com.br, 13-03-07.
PINA, Dulceneia de, *Formas de contacto entre a RCV e o seu público*, monografia bacharel, Julho 2005.
Repórteres Sem Fronteiras, “Cap-Vert – Rapport annuel” disponível em
http://www.rsfs.org/article.php?id_article=416 30-05-07
Repórteres Sem Fronteiras, “Classement mondial de la liberté de la presse” disponível em
http://www.rsfs.org/rubrique.php?id_rubrique=416 09-05-07

Repórteres Sem Fronteiras, “Critères pour l’établissement du classement mondial 2006 de la liberté de la presse”, disponível em www.rsfs.org, 04-06-07

SANTOS, José Rodrigues dos, *A verdade da guerra*, Dezembro de 2003, Lisboa, Gradiva.

-----, *Crónicas de guerra – da Crimeis a Dachau*, Abril 2002, Lisboa, Gradiva.

SOUSA, Jorge Pedro, *As notícias e os seus efeitos*, Coimbra, Edições Minerva, 2000.

STIGLITZ, Joseph, “Comment le médias soutiennent les marchés : Gouvernement et transparence” in *Le droit d’informer – Le rôle des médias dans le développement économique*, Editor Banque Mondiale, éditions de Boeck Université, Janvier 2005.

SZYMANIAK, Włodzimierz Josef (Organização), *Dicionário de Ciências da Comunicação*, Novembro 2000, Porto, Porto Editora.

WIKIPEDIA, “Honestidade” disponível em <http://pt.wikipedia.org/Honestidade> 15-04-07.

WIKIPEDIA, “Subjectividade” disponível em <http://pt.wikipedia.org/Honestidade> 08-04-07.

ZAHARNA, R. S., “Al Jazeera and American public diplomacy: A dance of intercultural (mix) communication”, in *The Al Jazeera Phenomenon – Critical perspectives on new Arab Media*, página 194, Edited by Mohamed Zayani, 2005, edições Pluto Press.

ZAYANI, Mohamed, “Al Jazeera and the vicissitudes of the New Árabe Mediascap”, in *The Al Jazeera Phenomenon – Critical perspectives on new Arab Media*, página 177, Edited by Mohamed Zayani, 2005, edições Pluto Press.

ZAYANI, Mohamed, “Witnessing the intifada: Al Jazeera’s coverage of the Palestinian – Israeili conflit”, in *The Al Jazeera Phenomenon – Critical perspectives on new Arab Media*, páginas 5;17;18, Edited by Mohamed Zayani, 2005, edições Pluto Press.